



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### ATA N.º 56/XIII-3º/2021-25

**1** - Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, no Ginásio da Escola Básica da Trafaria, sito na avenida Almirante Gago Coutinho, na Freguesia de Trafaria, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1** – Período de Intervenção dos Cidadãos;

**2** – Período de Antes da Ordem do Dia;

**3** – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Eleição de Personalidade para integrar a Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada;

3.2 – Eleição de Cidadão para a Comissão de Proteção Crianças e Jovens – CPCJ;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2023 a maio de 2024)”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Almada para a redefinição do uso do solo em áreas específicas abrangidas por Espaço-canal, decorrente da caducidade da reserva de solo afeta à execução de infraestruturas urbanísticas”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Contrato-Programa 2024”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medidas Preventivas estabelecidas por motivo da Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a Junta de União das Freguesias de Caparica e Trafaria”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação das peças do CS02891S2023, para concessão do direito de uso privativo de espaço público, para instalação de 82 postos de carregamento de baterias de veículos elétricos”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação de deliberação de Câmara nº 88/2019. Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução, Local Cível e de Trabalho de Almada. Edifício e estacionamento na rua da Cooperativa Piedense, n.º 94, Cova da Piedade. IGFEJ, I.P.”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão da Rede Ciclável para o Concelho de Almada”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público nº CS00441S2024 para “Concessão de serviços de restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas estradas municipais após a ocorrência de acidentes de viação, no Concelho de Almada”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Procedimento concursais para cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau – Diretores de Departamento e Chefes de Divisão – Composição dos Júris”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Proposta de assunção de compromissos plurianuais”;
- 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;
- 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;
- 3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;
- 3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Regulamento Municipal de Apoio à Formação Desportiva”;
- 3.19 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contratos Interadministrativos com Uniões de Freguesias do Concelho de Almada – intervenção em polidesportivos”;
- 3.20 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

**3** – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Cátia Isabel Gervásio (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

**4** – Nos termos e para o efeito do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Ana Luisa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Cátia Isabel Gervásio (CHEGA) por impedimento de Luís Miguel Pinho de Deus (CHEGA).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.3 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador Nuno Filipe Matias (PSD).

4.2 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para informar do pedido de Suspensão do Mandato da Deputada Municipal Sofia Pinheiro (CHEGA), por período de um ano – 365 dias.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Encerramento Parcial da Escola Secundária Anselmo de Andrade”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2024, ainda não foi respondido;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Solicitação de cópias de ofícios remetidos ao IHRU pela Câmara Municipal de Almada - Penajóia”, enviado para a Câmara Municipal em 04/07/2024, foi respondido em 16/08/2024;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 10/05/2024, foi respondido em 01/07/2024;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Implementação do Programa Cheque Veterinário”, enviado para a Câmara Municipal em 04/09/2024, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 53, 54 e 55/XIII-3º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Ana Pessoa, João Rocha, Pedro Antunes, Alexandre Calado, Elsa Elías, Carla Mendes, João Abrantes, Eduardo Gomes, Maria do Rosário Grilo e José Lourenço.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Ana Pessoa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a oportunidade e gostaria que encarassem aqui a minha presença como alguém que reside num edifício na Rua de Santo António, a oitenta metros do Parque Urbano de Santo António, onde acontece o Festival do Sol da Caparica, que está identificado pela Proteção Civil de Almada, de risco desde 2010.

Passo a fazer um breve descritivo do prédio, o prédio tem onze frações, oito de propriedade de uma pessoa e três cada uma delas de uma só pessoa e agora eu proprietária de uma das frações. Houve aqui um conjunto de questões, fomos sugeridos a fazer obras de reparação e de conservação ainda no âmbito de um programa da Câmara Municipal que era “Habitar para Conservar, as obras foram iniciadas, conseguimos reunir em 2011 pela primeira e única vez o condomínio, esse condomínio escolheu o empreiteiro, as obras foram iniciadas, também



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

havia a questão de haverem frações que tinham que ser fechadas por causa de pombos, porque temos também uma comunidade aproximadamente de cerca de setenta pombos, porque temos frações abandonadas. Portanto, as obras foram iniciadas, não foram concluídas, a pessoa em causa que tem um maior número de frações nunca desde essa altura, emails, telefonemas, mensagens pelo WhatsApp, deu retorno e estamos neste limbo desde 2010.

O ano passado a 9 de setembro de 2023, cai parte de uma varanda de um 3º direito, onde reside uma senhora de 84 anos, já está identificado, o telhado está mesmo em risco de ruir e agradeço à Câmara Municipal por esse incidente, o que ainda não fez ruir o telhado é de facto, uns meros esticadores que existem. Sobre esta situação conseguimos entrar em contacto com a pessoa com o maior número de frações para conseguirmos de alguma forma criar uma solução para a situação pouco digna em que vivemos, ainda não nos foi possível isso.

Também tivemos aqui a questão de um terramoto, acho que não é justo e não há o direito de eu querer ser solução de um problema que também é meu, e estou a colocar não só a minha vida em risco, mas estou a colocar a vida do meu filho também em risco.

Mobilizamos as três pessoas que tem cada uma delas uma fração com uma advogada, entramos em contacto com a Câmara Municipal, com o Senhor Chefe de Departamento de Administração Urbanística, que também o que nos retribui é só um aumento agravado do IMI na sequência de um relatório de avaliação da Proteção Civil do ano passado, em que de facto, só por milagre estamos todos vivos e não houve danos de pessoas e estamos neste limbo porque esse relatório existe e eu gostava que vocês de alguma forma também considerassem, há um agravamento de IMI, com certeza que o imóvel está em estado mau, mas há três pessoas que vivem desde 2010 naquele edifício e que têm feito de tudo para poder ser solução desta questão e sei que esta tomada de decisão final sobre o agravamento do IMI, eu gostava que não metessem toda a gente no mesmo saco e que nos ajudassem a notificar a pessoa que no fundo tem estado aqui a conseguir dançar na corda bamba e não estar presente nas suas responsabilidades e deixo apenas três sugestões e peço-vos mesmo isso.

A antiga proprietária do sítio onde eu vivia era a minha mãe, quer a Câmara Municipal, quer a Proteção Civil, sabem que a minha mãe já faleceu praticamente quase há três anos, por favor por respeito, por luto e principalmente para não nos darem a ideia de que vocês não se interessam pelo que está acontecer, não enviem mais notificações em nome da minha mãe, porque isso também de alguma forma atrasa o processo.

Relativamente à Proteção Civil, e ao pedido que fiz nesta questão do sismo, como sabe houve muito do edificado que foi danificado com o sismo. Foi feita uma pequena vistoria e também ainda aguardamos a visita da Proteção Civil.

Só de notar que também tem sido muito difícil falar com o Delegado de Saúde, na medida que também temos ratos nos quintais.”

5.2.2 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer que o Gimnodesportivo sediado na Quinta do Bau Bau, possui espaços verdes e demais valências para a prática de desporto e lazer. Acontece que o mesmo se encontra sempre encerrado, quer pelos Sobredenses, quer pelos Charnequenses e demais munícipes de outras Freguesias deste Concelho.

Originando esta situação o impedimento de frequentarem segundo versão de alguns Sobredenses. Todo aquele local é considerado uma associação formada pelos seus dirigentes e apenas se mantém aberta durante o período de tempo que os mesmos responsáveis determinarem.

Toda via, uma associação formada com dinheiros do erário público, ou seja, com dinheiros provenientes dos nossos impostos, não se pode tornar um local privado como acontece com o pavilhão supramencionado, mas sim um local público para as populações praticarem desporto e demais diversões, situação esta que não está a acontecer atualmente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Termino transmitindo a todos os munícipes deste Concelho, que no próximo ano, as Festas das Vilas vão ser realizadas no antigo Parque da Feira da Charneca de Caparica, estando presentemente a ser todo ele recuperado para qualquer tipo de evento que possa vir a ser realizado naquele espaço, possui também este todos as condições de segurança, higiene e salubridade para os sus utentes, pensando o banho dos seus visitantes após a chegada casa como acontecia no passado recente, o qual aparentava ser um espaço de feira de animais e não um parque de diversões para seres humanos.

Em tempo, todos nós como cidadãos, face aos incêndios ocorridos recentemente na zona centro do país, não podemos deixar de prestar uma sentida homenagem aos Bombeiros que perderam a vida em prole de salvarem as vidas aos residentes nas áreas dos incêndios bem como aqueles que lutam diariamente nas missões que envolvem a segurança de todos nós, estando estes sempre na linha da frente para enfrentar o perigo, sem manifestarem qualquer tipo de insatisfação para as missões que lhes são confiadas como acontece nos Bombeiros a nível nacional, considerados os soldados da paz junto das populações no interior do país e não só.

Acrescento também que, o atual executivo deste Município tem recuperado toda a frota de combate a incêndios das várias corporações de Bombeiros existentes neste Concelho, em virtude da mesma se encontrarem parcialmente obsoleta, como é do conhecimento público, derivado do insuficiente investimento nesta área por parte dos executivos cessantes durante várias décadas.”

### 5.2.3 – O Senhor Munícipe Pedro Antunes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Pedro Antunes, sou arquiteto e trabalho para os munícipes da Câmara Municipal de Almada há cerca de dez anos. Agora, com a aplicação da nova legislação, temos o nosso trabalho mais dificultado porque tenho assistido a uma tolerância quase implacável por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, neste processo que já demora há cinco anos, e na emissão da licença de utilização, fomos presenteados com efetivamente houve um erro de projeto na não representação de uma guarda, mas foi automaticamente enviado para a Divisão de Fiscalização para um procedimento contraordenacional.

A minha questão é saber se isto será recorrente, se haverá esta implementação sem sequer haver um contraditório, porque parece-me que há uma aplicação seletiva da lei, porque há muitas outras coisas que se contornam ou que se ignora e depois estas coisas que acabam por se traduzir em coimas e se calhar, algum dinheiro para o erário público, são aplicados implacavelmente. A minha questão é apenas essa.”

### 5.2.4 – O Senhor Munícipe Alexandre Calado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Alexandre Calado, sou fazedor e investigador no campo das artes performativas e integro a Direção da Arte e Engenhos Associação Cultural sem Fins Lucrativos fundada no ano 2000, e desde então sedeadada no Campus da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa no Monte de Caparica. É em nome desta Associação que aqui me dirijo a vós.

Vimos por este meio solicitar esclarecimentos à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre o cada que passarei a expor, assim como, solicitar à Assembleia Municipal a fiscalização da atividade do Município no âmbito do concurso de apoio à criação teatral e performativa de 2024, com especial atenção aos procedimentos de notificação do projeto de decisão e de realização da audiência de interessados.

Sucede que a nossa associação submeteu uma candidatura ao mencionado concurso a qual foi então aceite e considerada válida tendo sido registada com o número 7379. Contudo, por motivos que supomos decorrerem de lapso ou erro administrativo, recebeu uma pontuação de 33 sobre 100 e foi excluída de qualquer apoio. Uma vez que a notificação do projeto de decisão foi omissa, à luz do artigo 122º, nº 2, do Código do Procedimento Administrativo do qual se pode ler: “a notificação fornece o projeto de decisão”, o que sucedeu e continuo a citar: “demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes da decisão”, o que não sucedeu, uma vez que a notificação do projeto de decisão foi omissa, não sabemos até



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

à data como foram aplicados à nossa candidatura os critérios estabelecidos no regulamento, nem o motivo da exclusão.

Uma vez que a audiência de interessados, foi agendada para uma data ilegal, à luz do nº1, do art.º 122º do Código do Procedimento Administrativo, no qual se pode ler: “ O órgão responsável pela direção do procedimento manda notificar os interessados para em prazo não inferior a 10 dias, e não 2, como sucedeu, 10 dias, dizerem o que se lhes oferecerem”, uma vez que a audiência de interessados foi agendada para uma data ilegal, foi-nos vedado o direito de defesa bem como a possibilidade de apresentar qualquer documentos eventualmente relevantes.

Acrescentamos que um exercício de avaliação da nossa candidatura utilizando os critérios regulamentares aponta para que esta obtenha uma classificação na ordem dos 70 sobre 100 pontos, esta classificação aliás, seria consonante com as classificações atribuídas às nossas candidaturas submetidas ao longo de mais de dez anos, no contexto de uma atividade regular, continuada e sem incumprimentos. Esta classificação seria expectável perante uma atividade que compreendeu durante os dois últimos anos, cerca de três dezenas de apresentações públicas, em Lisboa, Porto, Coimbra e outras cidades do país, além de, claro, metade das quais realizadas no território do Concelho de Almada em parceria com entidades como o Teatro Extremo, a Companhia de Teatro de Almada e diversas unidades orgânicas incluindo a Direção da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, para além do novo núcleo de teatro da Associação de Estudantes desta Faculdade com a qual a Associação mantém uma estreita ligação, há décadas.

Solicitamos, portanto, que esta Assembleia Municipal e a Senhora Presidente da Câmara, por favor aprecie os factos e o enquadramento aqui evocados, bem como aqueles outros que julgar pertinentes para fiscalizar o que entendemos serem irregularidades na condução do concurso à Criação Teatral e Performativa de Almada 2024, e que terão contribuído para a exclusão da nossa candidatura e possivelmente para uma avaliação injusta das demais candidaturas.”

5.2.5 – A Senhora Múncipe Elsa Elias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser breve, estou um bocado nervosa por falar em público, não é muito fácil. Mas continuando. Nós falamos há uns tempos à porta da Gandaia, está recordada Senhora Presidente?

Venho novamente trazer o mesmo assunto, ou seja, eu resido na Trafaria, habitualmente estou ligada à causa animal e assim continuo e ando nos bairros e por aí fora.

Mas hoje o que me traz aqui é a reabertura do Centro de Saúde. Ou seja, a mim toca-me pessoalmente porque sou doente crónica, tenho dois problemas no coração, tinha médica de família na Costa da Caparica, a médica foi-se embora, e eu com 64 anos fico sem nada. Ou seja, sou encaminhada para o SAP, do SAP passo para a via verde e se eu quiser uma consulta, se for preciso estou dois meses a tentar marcar. Agora, eu tenho só 64 anos e apesar de doente e consigo mais ou menos ir-me mexendo. Este território é um território que me custa muito porque eu vejo pessoas com muito mais idade, menos condições psicológicas, físicas, crianças, e que não têm como. Eu dou-me com muita gente e todas as classes sociais precisamente por causa dos animais e frequento muitos meios, e de todos os lados eu ouço queixas. As pessoas aqui estão absolutamente desamparadas.

Eu vinha para a Trafaria em criança de férias, só vivo na Trafaria há 20 anos. Mas esses vinte anos que eu vivo eu trouxe a minha mãe com um processo de uma doença neurodegenerativa, porque esta casa tem terreno, tem quintal, portanto, teria outras condições que não tem em Lisboa. E já me sinto mesmo parte da terra. Através dos animais eu fui conhecendo toda uma outra realidade, que me custa imenso porque conheci aqui um centro a funcionar. Segundo me foi dito, foi construído de raiz para ser Centro de Dia, não sei porque é que fechou. O Centro da Costa da Caparica não consegue dar resposta a todas as populações porque não é só a Vila da Trafaria, como todos nós sabemos, temos Pêra, Murfacém, São João, Corvina, temos um mundo de gente. A mim aconteceu-me inclusivamente no SAP em Almada, eu estar à espera de uma consulta aflita com as minhas crises que não desejo a ninguém, mas ver um senhor com sensivelmente setenta e tal anos, com fraca mobilidade e ao querer marcar uma consulta e não conseguir porque precisamente não tinha médico, é



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

encaminhado à descarada, que eu fiquei absolutamente chocada, pela menina que está no atendimento para a via verde, porque lhe dizem que basta fazer um telefonema e ele passa a ter médico. Isto nós sabemos que não é verdade. A mim já me aconteceu ligar duas vezes durante dois meses e não conseguir. Porquê? Nós ligamos uma vez, essa chamada fica registada. Se nós voltamos a ligar cinco, seis vezes, o que fica em registo é a última chamada que é feita. Portanto, nós automaticamente somos excluídos. Inclusivamente, ninguém nos liga, ninguém retorna, se temos consulta, se não temos consulta, quando a vamos ter. O nosso centro de Saúde, não sei, disse-me uma vizinha há pouco que está em obras, não sei se está se não está, mas diz que está em obras.

Agora, como é que nós podemos ajudar a Câmara Municipal, essencialmente como é que a Câmara Municipal nos pode ajudar a nós, população, a voltarmos a ter os cuidados de saúde primários e básicos que são fundamentais.

Nós temos pessoas que não se conseguem deslocar, nomeadamente, para pensos, para consultas, temos idosos. Há uma senhora que foi taxista durante muitos anos e que falou comigo, essa senhora chegou a chorar porque diz que transportou muita gente no táxi, e que as pessoas não tinham como pagar o transporte. O Centro de Saúde na Trafaria faz muita, muita falta.”

### 5.2.6 – A Senhora Múncipe Carla Mendes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou filha de uma senhora que já está com 78 anos e a locomoção dela já não está fácil, nós temos problemas com os transportes, porque é difícil nós às vezes conseguirmos transporte daqui para ir para o posto médico da Costa da Caparica. Muitas das vezes chegamos ao posto médico da Costa da Caparica, não temos elevador para levarmos os nossos doentes para cima, subir o 3º andar. Não é fácil, às vezes chegamos lá acima nem consulta temos, a minha mãe já tem problemas de coração, já tem problemas de pernas e a situação não está fácil.

Sendo assim, eu gostaria que nos ajudassem de alguma maneira a tentar resolver alguns problemas, ou do posto medico da Costa da Caparica, porque o elevador muitas das está avariado e não conseguimos levar os doentes para cima, chegamos lá não medico para atender os nossos utentes e gostaria que alguém nos ajudasse já que temos um posto medico na Trafaria porque não usar para os nossos doentes e idosos que já trabalharam uma vida inteira.”

### 5.2.7 – O Senhor Múncipe João Abrantes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome da UCAPA – União Concelhia das Associações de Pais de Almada, temos um conjunto de questões para colocar ao executivo.

Relativamente à Escola Básica de Fonte Santa de acordo com anunciado nesta Assembleia Municipal em junho, a escola não seria encerrada pelo que iria ser reconvertida com oferta no pré-escolar, e foi igualmente afirmado que esta escola iria entrar em obras. Ora, à data a escola está encerrada e não foram iniciadas obras.

Portanto, questionamos quando serão iniciadas e concluídas essas obras? Quando será reaberta a oferta letiva nesta escola? Qual o destino a dar à sala sensorial criada pelo corpo docente desta escola para as crianças com necessidades educativas especiais? E como está a decorrer e em que condições, a integração na restante rede pública das crianças que se encontravam nesta escola?

Escola Básica Comandante Conceição e Silva. De acordo também com o anunciado nesta Assembleia Municipal, esta escola iniciaria as aulas num prazo normal, com garantias de que todas as obras estariam prontas e com as condições adequadas à funcionamento da atividade da respetiva Associação de Pais. Tal não se verificou e constatamos que há intervenções a decorrer algumas dentro de sala de aula e em período escolar e que a Associação de Pais ainda não se encontra completamente instalada com os seus recursos a transferir da EB do Alfeite.

Adicionalmente persiste uma situação gravíssima que urge resolver. Portanto, há uma pilha de material obsoleto com mais de dois metros de altura, não vedada ao alcance das crianças, encontra-se amontoada no exterior



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

junto ao muro da Base do Alfeite, onde estão também a decorrer obras e onde transita maquinaria pesada, aumentando o risco de derrocada da pilha sobre as crianças.

Questionamos quais as intervenções que ainda não foram concluídas e quais os prazos previstos para o seu termo? É possível garantir que estes trabalhos se realizem fora do período escolar, bem como vedar a zona do depósito das matérias de construção? E dada a perigosidade e urgência relativamente à pilha que referi, quando serão retirados estes materiais obsoletos?

Relativamente a professores e assistentes operacionais, é do conhecimento geral a falta de professores e assistentes operacionais.

De acordo com a Câmara Municipal de Almada há agrupamentos do Concelho com excesso de assistentes operacionais e outros com carência pelo que pretende reorganizar esta rede. A acrescentar a este facto, falta nas nossas escolas todo um conjunto de outros profissionais.

Questionamos qual a dimensão desta carência de profissionais no Concelho, em particular professores e assistentes operacionais? Está previsto um acréscimo de assistentes operacionais nas escolas do Concelho? Como pretende a Câmara Municipal reorganizar a distribuição de assistentes operacionais com ou sem o acréscimo? E como pretende a Câmara Municipal, junto das entidades competentes e demais fóruns onde participa, interceder e sensibilizar para uma necessária alteração legislativa, se for esse o seu entendimento?

Vigilância dos refeitórios escolares. Os critérios de afetação dos Recursos Humanos, maioritariamente assegurados pelas Associações de Pais, foram alterados este ano letivo, implicando uma grande redução do pessoal que acompanha esta importante função nos refeitórios.

Consequentemente, os relatos de dificuldade de gestão destes momentos abundam encurtando-se o período dos turnos e registando-se atrasos no início das aulas no período da tarde.

Questionamos o porquê desta redução face ao exposto, e pretende a Câmara Municipal retificar este ano e no futuro este decréscimo de Recursos Humanos?

Atividades de enriquecimento curricular.

Os critérios de afetação das verbas aos protocolos também sofreram uma alteração com uma redução. Esta redução tem um impacto significativo na gestão por parte das entidades promotoras a que acresce o facto de não ser contabilizado o custo de afetação dos monitores das Associações de Pais que têm funções também neste período.

Portanto, o porquê das reduções referidas? Pode a Câmara Municipal garantir verbas suplementares às definidas e atribuídas pelo Ministério e como enquadra o custo/hora destes monitores?

Refeições escolares. O serviço de refeições escolares continua de forma persistente, a ser garantido de forma deficitária, faltando comida, servindo-a fria, em alguns casos ultrapassando o período como referi de entrada na sala de aula. Sabemos que para muitas crianças a sua principal refeição do dia é a que conseguem obter nas escolas. Há casos recentes também, flagrantes registados, relativamente a incumprimento, da capitação ou falta de acompanhamento de sopa ou fruta.

Quais os mecanismos constantes do contrato para agir no sentido de garantir a qualidade e capitação das refeições? Quais os mecanismos também para garantir o pessoal dessas empresas neste serviço e os mecanismos acima são suficientes e eficazes ou há necessidade de retificação para um efetivo controlo e está garantido o equilíbrio nutricional vegetariana?

Transporte escolar. Estão os contratos para o presente ano letivo concluídos e em execução? Para as crianças que têm necessidade de recorrer à Unidade de Surdez no Seixal, está garantido este apoio? E uma última questão. As questões de intervenção previstas nas escolas no presente ano letivo quais são? E quantos alunos ainda estão em situação provisória temporária nos vulgares contentores?"



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 5.2.8 – O Senhor Município Eduardo Gomes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar reduzir a minha intervenção, mas tentar conseguir que seja perceptível.

Eu vou destacar aqui cinco situações que foram influentes nos últimos anos para piorar a vida na Trafaria.

A primeira é a construção e a atividade dos silos de cereais, que foi vendida com uma solução para todos os males. A falta de apoio à atividade da pequena pesca em todos os aspetos quer em mar, quer em terra. A criação da União de Freguesias da Caparica Trafaria, ficando a Trafaria ainda mais isolada dada a sua especificidade geográfica. Esta solução imposta no tempo da Troika é mantida até hoje.

Por fim o fecho do Centro de saúde da Trafaria e o posto de correios.

É sobre este último ponto que quero dizer que a população da Trafaria há cerca de onze anos, maioritariamente idosa, sofre pelas mãos do sucessivos Governos que nada fazem para reverter a situação altamente gravosa, obrigando pessoas sem condições a deslocarem-se à Costa da Caparica, cujo Centro de Saúde também ele sem as condições necessárias. Ao longo dos anos a Assembleia de Freguesia da Trafaria agora União das Freguesias, tem tomado posição unânime para a sua reabertura. A comunidade trafariense reclama há demasiado tempo, que pretendem ter cuidados médicos na sua terra, se existem recursos para servir e cuidar dos enfermos da pandemia, também terá de haver recursos para o manter aberto e servir as pessoas da Freguesia.

Conhecendo a história e o gosto das gentes da Trafaria pela sua terra, associada à distância geográfica da sede do Concelho e das Freguesias limítrofes, não é difícil perceber o enorme sofrimento das pessoas nomeadamente com base nas imensas memórias que possuem, de ter um serviço de saúde, o Serviço Nacional de Saúde, próximo e que conferia a sua vida quotidiana mais bem-estar e saúde.”

### 5.2.9 – A Senhora Município Maria do Rosário Grilo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Rosário Grilo, eu moro na Trafaria e nasci assim como os meus pais e meus avós. Eu sinto-me triste porque a Trafaria era a terceira Freguesia do Concelho. Era Almada, era o Monte e a Trafaria. Hoje a Trafaria está esquecida. Eu fico triste porque não há limpeza na Trafaria, eu corro a Trafaria toda não é só onde eu moro, ali na zona verde. Eu vou à Cova do Vapor, é um desleixo, eu vejo os ratos a passar, como é que estas crianças vêm aqui para a escola? Eu passei agora a porta para entrar no Ginásio e vi a lixeira que está ali na paragem é um desleixo, uma sujidade. Eu venho da minha casa a pé pela lota, aquele passeio ribeirinho, vêm as nortadas, a areia preta que estava ali, eu vou para o trabalho a calçar a areia preta, nunca houve ali uma vassoura, daquelas elétricas, mecânicas para tirar o excesso. Era os sacos arrebetados ao pé da muralha.

Quanto ao Centro da Trafaria foi inaugurado para a população, nós tínhamos oito médicos, agora temos dez mil habitantes, mas naquela altura, tínhamos oito médicos na Trafaria, que era dois andares, onde não havia condições para os médicos e enfermeiros que era muito restrito para a população, foi feito aquele Centro de raiz para termos as condições.

Eu pergunto, não temos um médico, uma criança tem um traumatismo, tem uma queda, não temos para um idoso por um penso, não temos para dar uma injeção, não temos socorro, estamos esquecidos. Eu pergunto à Senhora Presidente da Junta e à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que façam o favor de porem médicos ali, ponham um de manhã com um enfermeiro das 08H00 às 13H00, e outro das 13h00 às 20H00 para atender as crianças e as pessoas idosos.

Eu esta semana ia para o trabalho e uma Senhora de 96 anos, estava na paragem cheia de dores e o filho sempre acompanha a sua mãe, mas por motivos de saúde não pôde ir e a Senhora estava ali. A senhora pediu-me para a ajudar sobre qual era o autocarro para se deslocar à Costa da Caparica. Eu pergunto que dignidade nós temos para com os nossos idosos que já deram ao nosso país. Eu fico triste por ver a terra onde os meus avós, os meus pais e eu nascemos, a Trafaria está num desleixo, com muita sujidade. Nunca nenhum executivo teve as ruas como estão. Eu dou a volta todas as semanas à minha Freguesia, vou até ao Funchalinho, a Pêra, os Bairros todos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e vejo a sujidade. Como é que nós podemos ter uma Freguesia assim? Não sei. Eu não compreendo. Eu peço ao executivo que olhem para o Centro de Saúde. A população está oprimida.”

5.2.10 – O Senhor Município José Lourenço:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar ser breve. Eu moro na Charneca de Caparica, mais propriamente em Vale Cavala, na Rua Marginal. O que se passa é que na Rua Marginal no início da rua e meio da rua, tem um declive de já 30 centímetros no alcatrão onde os carros batem devido a raízes de pinheiros.

Tanto os passeios como a estrada mantem essa situação. Há uma serie de carros que todos os dias que passam, principalmente os que não conhecem e batem. Alguns dos carros inclusivamente, ficaram ali parados porque danificaram o carro.

Por este motivo queria solicitar à Senhora Presidente da Câmara Municipal, se possível, que pudesse fazer uma reparação nesta rua porque está realmente num estado lastimável. Tanto a nível de passeios como a nível de alcatrão.

Depois há uma outra situação ainda que aproveito também para falar porque esta deixa-me um bocadinho intrigado e não sei bem o porquê.

Os carros que recolhem o lixo naquela rua, pelo menos, eu verifico, se o contentor não estiver completamente cheio, não o descarregam. Faz-me alguma confusão como é que eles passam todos os dias, mas há dias se o contentor estiver um bocadinho acima do meio, já não é despejado, e fica o cheiro na rua. No verão é realmente complicado para quem mora ali muito próximo, pelo facto de eles não o despejarem. Para terminar, solicito que se alguma coisa puder ser feita neste sentido, agradeço em nome de todos os que moram na rua.”

5.2.1 – O Grupo Municipal do Partido Socialista solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal uma interrupção dos trabalhos que foi aceite ao abrigo do disposto da al. c) do n.º 1 do art. 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, por um período não superior a 5 minutos.

5.3 – Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Senhora Município Ana Pessoa. É uma questão essencialmente de foro privado. Sei que a Câmara Municipal está a acompanhar o assunto, entendemos a questão. Mas a legislação e o regulamento são aprovados para todos, agora podem crer que da nossa parte faremos tudo o que seja possível e legalmente possível fazer, para vos apoiar, a localizar penso eu, há um problema interno do condomínio e de incapacidade de notificar a pessoa que mais frações tem.

Agora, isso não nos pode impedir de ter um tratamento igual para todas as situações. Mas acreditem, que o objetivo desse regulamento é que haja obras e que, o Município e os bens sejam requalificados. Sabemos bem a dificuldade dos proprietários que têm muitas frações e depois não cuidam delas, depois desaparece.

Portanto, eu sei que os serviços estão a acompanhar esse assunto, e tudo o que pudermos ajudar-vos até de aconselhamento jurídico, embora aconselho que arranjem um advogado, porque é um problema de foro interno, claro que estamos disponíveis para vos ajudar nessa matéria.

Agradeço ao Senhor Município João Rocha e de forma muito breve, vamos ter votos de pesar relativamente às vítimas dos incêndios e aproveito esta ocasião para exprimir desde já toda a solidariedade.

Relativamente ao Senhor Município Pedro Ângelo, eu penso que já falamos há pouco, penso que já ficou mais ou menos esclarecido. Isso diz respeito também à alteração que houve do Simplex Urbanístico, falou-se muito na altura no pacote mais habitação, toda a gente saudou muito o Simplex Urbanístico, nós logo na altura



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

alertamos que o Simplex Urbanístico tem um problema agravado que é: responsabiliza mais ainda os promotores e fazem das Câmaras Municipais, passam a ser menos entidades licenciadoras do que entidades fiscalizadoras.

Seja como for, eu sei que o assunto está a ser acompanhado, não tenho aqui nem tenho que ter o detalhe do assunto, mas também sei que já foi encaminhado para poder ter resposta.

O Senhor Município Alexandre Calado, já verifiquei também. Há uma questão que eu tenho que referir, isto é uma novidade já há alguns anos, a proposta que vai a Câmara vai juntamente com a avaliação do Júri. Portanto, não pode ser mais transparente e escrutinada a avaliação. Agora, as pessoas têm sempre direito, tanto quanto eu percebi e fui verificar, foi chamado para uma audiência de interessados e houve uma questão de prazo. Agora, o que me foi garantido dentro do seu direito à contestação que é legítimo e que ninguém retira, que vai ser chamado para uma nova audiência de interessados, porque tem direito a ela, e não vou naturalmente pronunciar-me nem sobre a substância, nem da avaliação, nem da sua contestação que não li, mas posso lhe garantir que, e já está previsto, vai ser chamado para uma nova audiência de interessados.

Eu agradecia é que não pusessem em causa a legalidade de todo um processo, porque estes processos nunca foram tão transparentes, nunca foi tão claro e nunca foi tão garantido o direito dos concorrentes como agora. E isso eu digo com toda a confiança. E por isso, o seu direito à contestação é salvaguardado porque as regras são muito mais claras e muito mais transparentes e sinceramente acho que é um grande passo que demos todos porque estamos a gerir dinheiros públicos e porque reconhecemos também a importância do serviço público que também fazem na criação.

Relativamente ao Centro de Saúde. Há moções também sobre assunto. Mas de forma muito clara. O Município não tem competência para determinar aberturas de Centros de Saúde. Mesmo no âmbito da transferência de competências. Graças a uma luta grande no âmbito da transferência de competências, nós conseguimos ficar com o edifício. O edifício está em obras e vão lá ser colocadas uma série de valências sociais e de saúde, da responsabilidade do Município. Como um atendimento social, um atendimento de migrantes, atendimento a cuidadores informais, informações sobre recurso de saúde, consultas de psicologia para crianças e jovens, tratamentos de saúde oral, sessões de educação e literacia para a saúde, entrega de pedidos receituários, sessões de promoção da literacia de saúde e alguns rastreios em particular para a população mais idosa, rastreios que possam ser feitos sem terem de ir necessariamente ao Centro de Saúde. Em simultâneo está em marcha o projeto do novo Centro de Saúde na Costa da Caparica aí sim, por decisão do Governo, mas que no âmbito da transferência e com verbas do PRR, para o qual nós já assinámos termos de aceitação, o projeto está em fase de já especialidades, para podermos lançar a obra o quanto antes. Será um centro de saúde muito mais reforçado sem condições, sem ser aquele absurdo daquele elevador que voltou a avariar, mas que também posso garantir aqui que já vai ser reparado para a semana, ou seja, já não fica meses avariado, mas aquele Centro de Saúde objetivamente não tem condições, será maior, com melhores condições e nós Município aí sim, estamos a tentar criar uma resposta social e de saúde, mas que não é um Centro de Saúde. É tentarmos colmatar pequenos serviços de saúde que conseguimos colocar, alguns em pareceria com o HGO, e, portanto, esperemos que a nova administração, e certamente o fará, nada nos leva a duvidar, a nova administração vai continuar com esses projetos que são importantes. Penso que estará lá a equipa para tudo o que são as hospitalizações a domiciliárias, queremos criar respostas de saúde de proximidade, mas não será um Centro de Saúde na verdadeira associação da palavra, porque não compete ao Município determinar a abertura do Centro de Saúde.

Dito isto, se houver um rácio e aí são as respostas dos Governos, a criação de um Centro de Saúde, diz mais respeito à quantidade de rácios.

Agora, partilho com todos os almadenses e com todos os portugueses, partilhamos com todos, a preocupação com a falta de médicos, com a falta de médicos de saúde e sobretudo com a falta de respostas que as pessoas têm que ter. Portanto, têm-nos ao vosso lado nessa preocupação e nessa reivindicação na exigência de reforçar as respostas de saúde e contratação de profissionais sejam médicos, sejam enfermeiros, sejam o pessoal de apoio, aí já pode ser da nossa responsabilidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao representante da UCAPA. Se me permitirem, já combinei com a Senhora Vice-Presidente para vos chamar, são tantas as questões que a Senhora Vice-Presidente já se predispôs para receber a UCAPA para responder a todas elas.

Quero, no entanto, frisar, hoje tivemos a honra de receber numa reunião do Conselho e da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, de todos os Presidentes de Câmara dos dezoito Presidentes da Área Metropolitana de Lisboa, e um dos temas que foi abordado na reunião aqui nos Capuchos, justamente, foi justamente a grande preocupação com as assistentes operacionais, com o pessoal não docente, com os rácios, com a garantia e com a necessidade de facto, de o Governo olhar, e pressionamos e estamos a finalizar uma declaração comum de todos os Presidentes, e quem um peso acrescido e estamos a falar de Municípios de todas as forças políticas que elegeram os Presidentes de Câmara como é obvio, e que neste caso é o PS, o PSD e a CDU, há um grande consenso entre todos os Presidentes para tomarmos uma posição comum desta questão dos assistentes operacionais.

Sobre a Senhora Múncipe Maria do Rosário, há duas coisas. Já que aqui estamos, a Trafaria está longe de ficar esquecida e longe do nosso coração. Esta mesma Escola onde nós estamos, é um dos grandes projetos, também já está em fase de projeto de execução, de arquitetura, é um dos grandes projetos no âmbito da transferência de competências, para ser transformada, passar de uma EB 2, 3 para um novo centro escolar, que junte pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo. É uma obra grande, pesada, mas que acho que passa a ter aqui uma verdadeira escola qualificada e isso é algo de muito importante.

Em simultâneo, a centenária também que já teve uma parte de obras e penso que também já iniciou ou vai iniciar, as obras de ampliação porque também está inserida noutra candidatura a fundos que abriu, neste caso a Operação Integrada Caparica Trafaria, que aliás, não se resume apenas à reabilitação da escola, tem uma série de iniciativas muitíssimo importantes, ao nível da área social, da formação profissional, seria demasiado longo nos meus fracos tempos.

Relativamente à limpeza que é um problema que tivemos e que começamos a ver um bocadinho a luz ao fundo do túnel de uma grande crise. Quero, no entanto, dizer, que este é um esforço imenso conjunto, e eu tenho que agradecer muito aos nossos serviços na pessoa da senhora Vice-Presidente, do senhor Diretor Municipal, e a todos os nossos trabalhadores, mas também da União de Freguesias na Pessoa da senhora Presidente da União de Freguesias. Só para dar nota, na semana passada, aqui na Trafaria, foram recolhidas vinte e uma toneladas de lixo. Vinte e uma toneladas de lixo numa semana. E a Junta de Freguesia já recolheu este ano novecentas e oitenta toneladas de lixo. Portanto, nós continuaremos a recolher o lixo. Mas há uma questão, costumamos dizer que as questões da Proteção Civil somos todos nós. Permitam-me dizer uma coisa, a questão do lixo também somos todos nós. Todos nós somos em parte também responsáveis do lixo que produzimos. Não estou a dizer onde é que o poeirão, é o lixo que produzimos. Nós estamos a bater records do lixo que apanhamos e que continua a ser produzido. Sabemos que o verão é um pico, temos esperança que isto agora acalme, e também já estamos a lançar uma nova campanha de sensibilização. Agora, os números são absolutamente extraordinários. Volto a dizer, na semana passada aqui na Trafaria, foram vinte e uma toneladas de lixo.

Está em curso o corte de ervas, também houve um problema, já está em curso, já estamos a conseguir resolver esse problema, e como eu digo, não está tudo resolvido, sobretudo que as ervas voltam a crescer, tivemos um período muito difícil, estamos a ver a luz ao fundo do túnel, e nos agradecimentos que eu fiz aos trabalhadores da Câmara Municipal e das Juntas, também quero fazer um agradecimento a todos os almadenses de todas as Freguesias, que também nos vieram dizer que estão disponíveis para fazer campanhas de recolha de lixo e alias, tivemos na semana passada a campanha "Almada mais Limpa" e também contou com uma grande adesão. Portanto, o meu último agradecimento vai para todos os almadenses, que também percebem que a questão do lixo não é minha, é tua, a culpa é minha ou a culpa é tua, não é uma questão, a questão do lixo, a questão do cuidar do nosso espaço público, a questão de garantir a qualidade de vida é uma questão de todos nós. E nós cá estamos para também assumir e para vos apoiar e para vos ajudar e cumprir aquela que é a nossa obrigação."



**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:**

**6.1.1 – Por todas as vítimas dos incêndios, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);**

**6.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):**

**“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;**

Durante o mês de setembro, o norte e centro do país foi assolado por dezenas de fogos de grandes dimensões, devastadores e impiedosos que destruíram cerca de 120 mil hectares, mataram 7 pessoas, feriram centenas de pessoas, deixaram a população em desespero e os bombeiros extenuados de tanto trabalho, por dias a fio sem descanso. Existem ainda as vítimas invisíveis, os animais que morreram queimados porque estavam acorrentados ou fechados em barracões, os que perderam o seu habitat, os ecossistemas que foram destruídos e aqueles que já nasceram marcados para morrer, aviários com milhares de galinhas, barracões com ovelhas, vacas fechadas deixadas à sua sorte.

As imagens divulgadas nos meios de comunicação e nas redes sociais, absolutamente aterradoras, demonstram a violência dos incêndios, a falta de meios para acudir a tantos fogos que se espalharam rapidamente, a aflição da população e a desolação da perda de património natural, com hectares e hectares totalmente destruídos pelas chamas. O país ficou pintado de negro, de queimado, de morte, de desolação. Milhares de árvores, plantas, animais silvestres, o fogo apoderou-se de tudo e levou bombeiros e populares com ele.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26 e 27 de setembro de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada expressar o seu pesar por todas as vítimas dos incêndios.”

**6.1.2 – Pelo Falecimento de Afonso “PáNaCota” Gonçalves, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD);**

**6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):**

**“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;**

Afonso Gonçalves, carinhosamente conhecido por todos como “PáNaCota”, deixou-nos de forma inesperada no dia 8 deste mês de setembro, atropelado por um táxi numa passeira em Lisboa, não lhe prestando qualquer tipo de assistência e fugindo.

Esta morte causou, não só para a família uma perda irreparável, como também para a anTUNiA – Tuna de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa, onde era mais do que um membro, um verdadeiro irmão.

O Afonso viveu a sua vida com uma paixão e energia contagiante, que tocaram profundamente todos os que tiveram o privilégio de o conhecer. Como mencionado pela anTUNiA, “mais do que um simples colega ou membro da tuna, ele era um amigo, alguém cuja presença era genuína e calorosa. A sua energia contagiante e a sua humildade faziam dele uma pessoa inesquecível, capaz de inspirar e unir todos à sua volta.”

O Afonso era uma pessoa singular, que, desde cedo, demonstrou uma capacidade notável de envolver e inspirar os que estavam ao seu redor. A sua entrada na anTUNiA – Tuna de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa – marcou o início de um percurso que deixou um impacto profundo e duradouro. Afonso não foi apenas um membro da tuna; ele tornou-se numa presença fundamental, com uma energia e paixão que fizeram dele um símbolo de união e camaradagem.

Desde que ingressou na anTUNiA, o Afonso destacou-se pela dedicação e entrega à sua “segunda casa”. Cada momento vivido no seio da tuna foi partilhado de forma intensa e com uma alegria que transbordava para todos os que o rodeavam. “As músicas que ele tanto ansiava por cantar ficaram por entoar, os sonhos que queria realizar ficaram por cumprir, mas o legado que nos deixou é imensurável” (anTUNiA).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É com profunda dor que a sua partida é sentida por todos, mas ao mesmo tempo, é impossível não celebrar a vida que viveu, os risos, a cumplicidade e, sobretudo, a amizade que partilhou com os seus colegas, amigos e irmãos. "A sua ausência deixa um vazio difícil de preencher, mas a sua memória viverá em cada um de nós. Em cada festival que participarmos, em cada evento que organizarmos, e em cada atuação que fizermos, o Afonso estará presente" (anTUNiA).

Apesar de a sua vida ter sido interrompida de forma trágica e precoce, o impacto que o Afonso deixou é imensurável. As suas contribuições para a tuna não se limitavam às atuações ou ensaios; ele foi um verdadeiro embaixador do espírito académico e do valor das tradições estudantis. O seu nome ficará eternamente ligado à anTUNiA, não só pelas suas realizações, mas pelo exemplo de dedicação, amizade e compromisso que deixou.

Como tal, o Afonso deixa uma marca indelével na história da anTUNiA, e o seu espírito continuará a ser celebrado em todas as atividades e conquistas da tuna. O seu legado transcende o tempo, e a sua memória será para sempre honrada por todos aqueles que tiveram a sorte de o ter como amigo e companheiro.

Este é um momento de profunda dor e reflexão, que transcende qualquer ideologia política, sendo uma homenagem que deve unir todos nós, independentemente da filiação partidária.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do PPD/PSD propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 26 de setembro de 2024, na Trafaria, delibera:

1. Endereçar à família de Afonso Gonçalves e a todos os seus amigos e companheiros de tuna, as mais profundas e sentidas condolências;
2. Que este voto de pesar, sirva como um fraterno abraço a todos aqueles que choram a sua perda, mas também como um tributo à sua vida, que embora breve, foi extraordinariamente rica em significado.

Afonso, obrigado por teres feito parte das nossas vidas.

"Obrigado por existires, Afonso. Obrigado por nos ensinares a viver" (anTUNiA).

6.1.3 – Pelo Falecimento do Encenador Rogério de Carvalho, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU);

6.1.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Encenador Rogério de Carvalho faleceu no passado sábado, dia 21 de setembro, aos 88 anos de idade.

Nascido na Gabela, Angola, em setembro de 1936, Rogério de Carvalho iniciou a sua carreira enquanto aluno do Conservatório Nacional de Lisboa, atual Escola Superior de Teatro e Cinema, na qual lecionou até 2007. Dedicou quase 60 anos da sua vida ao teatro, encenando dezenas de textos de autores muito diversos, desde autores clássicos até autores contemporâneos, e trabalhou com inúmeras companhias de teatro de Portugal e de Angola, destacando-se a sua intensa colaboração com a Companhia de Teatro de Almada.

O sentido humano profundo marcou de forma determinada e permanentemente a sua atividade artística e profissional. Quando estreou a peça "Confissões" de Santo Agostinho, levada à cena em 2017 no Teatro Nacional de São João, no Porto, Rogério de Carvalho reconhecia essa sua determinação, afirmando que aquilo que levava a palco era sempre "um olhar sobre os humanos e a sua situação no mundo", fosse esse olhar "de indiferença ou de conformismo".

Entre os textos que Rogério de Carvalho levou à cena, contam-se autores como Eugene O'Neill, Jean Genet, Bernard-Marie Koltès, Rainer Werner Fassbinder, Harold Pinter, Anton Tchekhov, August Strindberg. Percorreu a História do Teatro, deambulando entre Molière, Shakespeare e Eurípidés, entre muitos outros.

Com diversas companhias e diferentes encenações, revisitou com frequência o autor contemporâneo Howard Barker. "Baker", disse Rogério de Carvalho em entrevista à Agência Lusa quando em 2015 estreou o seu texto "As Possibilidades", "é um autor de uma atualidade muito grande [...]. Muito rapidamente transpomos o que é



*representado para as muitas situações de violência que atingem o mundo, como os conflitos no Médio Oriente ou a morte dos migrantes africanos no mar”.*

Em Almada, com a Companhia de Teatro de Almada com a qual estabeleceu uma relação de proximidade muito intensa, encenou diversas peças. A Companhia de Teatro de Almada, na nota de pesar que publica no seu sítio na internet, destaca o facto de Rogério de Carvalho ter iniciado *“a sua profícua colaboração com a Companhia de Teatro de Almada (de quase duas dezenas de peças) em 1986 (com ‘A menina Júlia’, de Strindberg)”*.

Depois disso, e desde 2003, Rogério de Carvalho dirigiu em Almada peças como *“As três irmãs”*, de Anton Tchécov (que encenara anteriormente com o Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria), *“Tio Vânia”*, um texto original também de Anton Tchécov, mas encenado numa versão da autoria de Howard Baker, *“Fedra”*, de Racine, *“Tartufo”*, de Molière – peça que levou à cena em cinco ocasiões distintas –, *“Pelicano”*, de Strindberg, *“Hipólito”*, de Eurípides, ou *“Frei Luís de Sousa”*, de Almeida Garrett, texto sobre o qual reconheceria uma sua descoberta: *“Além de ser uma das obras mais importantes da literatura portuguesa, é um dos melhores textos de teatro que já me passaram pelas mãos”*.

*“Se isto é um homem”*, de Primo Levi (2020), *“O Medo Devora a Alma”*, de Fassbinder (2022), e *“Music-Hall”*, de Jean-Luc Lagarce (2023), foram as últimas encenações que fez para a companhia de Almada.

Rogério de Carvalho foi distinguido com vários prémios ao longo da sua carreira. Em 2012, recebeu o Grande Prémio, atribuído pela Associação Portuguesa de Críticos de Teatro (APCT), reconhecendo o trabalho desenvolvido nas encenações de *“Devagar”*, para o grupo de teatro As Boas Raparigas Vão para o Céu, as *Más Vão Para Todo o Lado*, de que foi diretor artístico, e *“O Doente Imaginário”*, de Molière, para o Ensemble – Sociedade de Actores, com quem antes já pusera em cena *“O Aumento”*, igualmente da autoria de Molière. Viria a receber o prémio de Melhor Encenação da mesma Associação, por outras duas encenações: *“Tio Vânia”* e *“O Paraíso não está à vista”*.

O Instituto Português das Artes do Espetáculo (IPAE), distinguiu Rogério de Carvalho com o Prémio Almada, na área do Teatro em 2001. Ainda em 2001 e em 2002, distinguiu-se com encenações como *“Rostos em ferida”*, de Howard Barker, *“Esse tal alguém”*, de Teresa Rita Lopes, *“O alfinete do anestesista”*, de Harold Pinter, e *“Uriel Acosta”*, de Karl Ferdinand.

Rogério de Carvalho trabalhou, ainda, com dezenas de companhias portuguesas de teatro, entre profissionais, amadoras e universitárias, destacando-se a sua importância enquanto responsável pela formação de gerações de atores do teatro universitário, tendo dirigido espetáculos nos Teatros Universitários do Minho e do Porto, e sendo uma referência da história recente do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC). Percorreu o país, trabalhou com atores em Angola e Moçambique. Dirigiu e orientou ainda o Núcleo de Teatro da Fundação Sindika Dikolo, em Luanda, dedicado à formação de atores e criação de peças de teatro.

Em julho de 2015, Rogério de Carvalho foi a figura homenageada pela 32ª edição do Festival de Teatro de Almada, promovido pela Câmara Municipal de Almada e Companhia de Teatro de Almada.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, delibere:

1. Expressar o mais profundo e veemente pesar pelo falecimento do Encenador Rogério de Carvalho, que tanto e tão importante trabalho criativo e artístico desenvolveu em Almada.
2. Endereçar à família do Encenador, aos seus muitos amigos, à Companhia de Teatro de Almada e a todas as companhias com quem trabalhou, a todos os atores, autores, encenadores, e outros homens e mulheres do teatro, os mais sentidos pêsames e a expressão da mais profunda solidariedade, quando parte do nosso convívio o Homem, mas permanecem entre nós os seus ensinamentos e o exemplo de vida que sempre soube transportar.”

6.1.4 – Pelas vítimas dos incêndios em Portugal, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Cátia Isabel Gervásio (CHEGA);



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 6.1.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Cátia Isabel Gervásio (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com profundo pesar e consternação que hoje nos dirigimos a esta Assembleia para prestar homenagem às inúmeras vítimas da tragédia dos fogos que assolaram o nosso país.

Os incêndios que varreram Portugal em 2024 deixaram um rasto de destruição incomensurável, ceifando vidas, arruinando casas e devastando extensas áreas de património florestal - fauna e flora que são parte do coração do nosso país.

Recordamos, com profundo respeito, todos aqueles que perderam as suas vidas. Corajosos homens e mulheres que sucumbiram às chamas, entre Civis, Bombeiros e Guarda Nacional Republicana (falamos no trágico acidente de helicóptero no rio Douro).

Cada uma destas perdas representa uma família devastada, uma comunidade fragilizada e um país em luto.

Estendemos também o nosso pensamento e solidariedade aos feridos, cujas vidas estão marcadas para sempre por este flagelo. Sabemos que as cicatrizes físicas e emocionais levarão tempo a sarar e expressamos o nosso mais profundo apoio à sua recuperação.

É igualmente crucial e justo reconhecer a coragem e dedicação incansáveis de todos os outros operacionais que, ao longo deste período, lutaram para proteger as nossas terras, casas e vidas.

Aos Bombeiros, Militares, Profissionais de Saúde, Voluntários, às Forças de Segurança e Proteção Civil e às muitas entidades que se mobilizaram sem descanso, devemos uma gratidão eterna.

São estes homens e mulheres que, com sacrifício pessoal e risco de vida, defendem o bem-estar de todos e representam o espírito de união e resiliência que caracteriza Portugal.

Hoje, nesta Assembleia, devemos refletir sobre o impacto desta calamidade e honrar cada uma das vítimas, cada uma das perdas humanas e materiais.

Que as suas memórias nos inspirem a continuar a lutar por um país mais seguro, mais preparado e mais solidário, capaz de se erguer das cinzas com força e determinação.

Assim, o Grupo Municipal do Partido CHEGA de Almada, propõe um minuto de silêncio em homenagem a todos os que nos deixaram, como sinal de respeito e profundo pesar.”

### 6.1.5 – Pelo Falecimento do Coronel António Mascarenhas Pessoa, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU);

#### 6.1.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Coronel de Infantaria António Mascarenhas Pessoa, militar de Abril profundamente ligado ao Movimento das Forças Armadas e ao processo revolucionário que devolveu a Liberdade e a Democracia ao Povo Português em 25 de Abril de 1974, faleceu no passado dia 16 de setembro.

Lutador consequente pelos valores da Revolução de Abril, António Pessoa dedicou também uma parte importante da sua vida à atividade associativa, sendo membro fundador da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), com sede na Trafaria.

Retirado da atividade militar, na sua qualidade de Mestre em História, foi durante vários anos professor na Universidade Sénior D. Sancho I, com sede em Almada, onde desenvolveu intenso trabalho de divulgação e ensino da História de Portugal.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse as mais profundas condolências a toda a Família do Coronel António Pessoa, em especial à sua viúva Graça, ex-eleita na Assembleia



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal de Almada, a todos os seus muitos amigos e camaradas de armas, neste doloroso momento de perda que o seu desaparecimento físico representa.”

6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), José António Rocha (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista irá votar obviamente a favor de todos os votos de pesar apresentados e não só votar favoravelmente, queremos nos associar a todos eles. Quer aqueles relacionados com as vítimas dos incêndios, quero ao voto de pesar para com o Professor, Encenador Rogério de Carvalho, figura bastante importante no nosso Concelho. Para além de Encenador tinha também outra profissão, eu tive o privilégio de ser sua aluna, recordo-o com grande carinho, e, portanto, deixar aqui também a minha profunda consternação para com a morte deste grande ser humano e obviamente também para com o Capitão e Coronel António Pessoa.

O Partido Socialista subscreve obviamente, todos os documentos apresentados.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que a bancada do Bloco de Esquerda se associa a todos os votos de pesar apresentados hoje nesta Assembleia Municipal, expressando aqui as nossas condolências a familiares e amigos.

Expressar também total solidariedade para com todas as vítimas dos incêndios que assolaram o nosso país nos últimos dias, e deixar umas breves notas ao voto de pesar apresentado pela CDU, pelo falecimento de Rogério de Carvalho. Tal como mencionado no documento, 60 anos de carreira que dedicou no teatro, ao Teatro da Palavra. Permitam-me apenas acrescentar que, o Rogério de Carvalho era uma pessoa simples que recusava liminarmente de ser chamado de Mestre. Como era tendência generalizada quer nos seus formandos, quer de muitos com quem trabalhava.

Era uma pessoa discreta, que nos deixa como legado, como herança, a sua arte que perdurará nas sucessivas gerações de atores, atrizes, encenadores e outros profissionais de teatro, que formou e seguramente naqueles com quem trabalhou.

Da parte da bancada do Bloco de Esquerda, queremos não só endereçar os sentidos pêsames aos familiares, amigos e todas e todos aqueles que com ele privaram ou trabalharam, mas expressar também a nossa gratidão pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pelo seu contributo, para a promoção e desenvolvimento do teatro em Almada ao longo dos 60 anos de carreira.”

6.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Embora a Câmara Municipal não vote estes votos de pesar, penso que posso falar por todos os Vereadores aqui presentes, a Câmara Municipal associa-se naturalmente, a todos os votos de pesar aqui apresentados por todas as vítimas da tragédia que ocorreu durante os incêndios. Uma palavra muito especial também para os Bombeiros que perderam a vida a cumprir aquela que é a sua missão, e uma missão que fazem de forma voluntária e dedicada, e é sempre uma perda imensa e são sempre um exemplo de coragem e de dedicação que deve ser lembrado, e sobretudo colhidos muitos jovens e é uma dor que nós todos partilhamos e que aliás, o país partilha e por isso foi decretado o luto nacional.

Mas também não queria deixar de dar uma palavra muito especial sobre Rogério de Carvalho, um grande artista, um grande criador, um grande encenador, um homem que foi muito importante para o teatro. Lembro um dos primeiros espetáculos que vi de Rogério de Carvalho, a voz humana com a Isabel de Castro no Teatro da Graça, há muitos anos e marcou-nos a nós todos, e mais recentemente quero relembrar os dois últimos textos que



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

encenou aqui mesmo no nosso teatro, que é “ Se Isto é um Homem” que todos aqueles que ainda não leram que leiam, porque diz muito também sobre os momentos que vivemos, infelizmente, nos tempos que correm, é bom não esquecer o grande “O Primo Levi”, e também provavelmente um dos maiores textos teatrais que é o “Lorenzaccio” e permitam-me, em confiança, estes textos são provavelmente os textos mais comoventes, para mim, e que mais dizem sobre a humanidade.

Rogério de Carvalho era como já aqui foi referido, uma homem muito discreto, mas também tão discreto quanto delicado e sobretudo foi um extraordinário lutador nesta sua forma discreta, sensível e delicada, por esse valor maior, que é o amor à humanidade, que é a solidariedade e a fraternidade, eu penso que todos os seus trabalho iam nesse sentido, sem demagogia, sem populismo, mas com uma extraordinária inteligência, com uma extraordinária sensibilidade e Senhora Deputada Margarida Lourenço, terá tido certamente, uma grande sorte em tê-lo como professor, e todos aqueles que tiveram Rogério de Carvalho como professor em encenador, também foi para todos nós uma referência e um Mestre.”

6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.1 – O voto de pesar por todas as vítimas dos incêndios foi aprovado por unanimidade.

6.3.2 – O voto de pesar por falecimento de Afonso “PáNaCota” Gonçalves foi aprovado por unanimidade.

6.3.3 – O voto de pesar por falecimento do Encenador Rogério Carvalho foi aprovado por unanimidade.

6.3.4 – O voto de pesar pelas vítimas dos incêndios em Portugal foi aprovado por unanimidade.

6.3.5 – O voto de pesar pelo falecimento do Coronel António Mascarenhas Pessoa foi aprovado por unanimidade.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.5 – Para apresentar declarações políticas e requerimentos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU) e António Pedro Maco (CDS-PP).

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A área da habitação é uma das áreas de maior preocupação nacional. Almada não é exceção. No nosso território o problema assume enorme dimensão, confrontando-nos com uma realidade marcada por grandes carências.

As dificuldades nacionais em matéria de habitação foram formalmente reconhecidas em 2017, quando o então Governo do PS lançou um conjunto de iniciativas legislativas, a que chamou “nova geração de políticas de habitação”.

Esta “nova geração de políticas de habitação” atribui, de forma explícita, responsabilidades aos municípios, definindo um quadro em que as autarquias locais são chamadas a cooperar com o Estado na construção das inadiáveis soluções habitacionais no País.

Em 2019 entrou em vigor a Lei de Bases da Habitação (LBH), que representou, não obstante algumas insuficiências, um importante passo em frente no que respeita ao enquadramento jurídico-legal da intervenção pública em matéria de habitação.

Neste quadro, nasceram também as Estratégias Locais de Habitação (ELH), aprovadas em Almada em 2019 e revista em 2021.

Chegados aqui, importa olhar para aquilo que a Câmara Municipal de Almada vem concretizando ao nível das suas responsabilidades no domínio da habitação.

E não podemos deixar de questionar, de forma fortemente crítica, diversos aspetos essenciais da política de habitação municipal, que manifestamente não concorrem para que seja construído um caminho adequado, sólido e consistente no sentido da superação das graves carências habitacionais com que Almada se confronta.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Lei de Bases da Habitação determina que as Câmaras Municipais elaborem anualmente um relatório municipal da habitação, que submetem a apreciação da Assembleia Municipal, integrando o balanço da execução da política local de habitação e a sua eventual revisão (artigo 23º da LBH). Até ao momento, e passados cinco anos de vigência da LBH, nunca o atual executivo municipal submeteu qualquer relatório desta natureza à Assembleia Municipal. Não podemos deixar de nos interrogar sobre as razões que levam ao incumprimento daquilo que a Lei estabelece, surpreendendo-nos, obviamente, o silêncio do executivo municipal nesta matéria.

A LBH estabelece, igualmente, que os Municípios podem criar Conselhos Locais de Habitação, à semelhança do Conselho Nacional da Habitação (artigo 24º da LBH). Não entendemos por que razão a Câmara Municipal de Almada – que cria Conselhos Municipais em múltiplos domínios da sua atividade –, não criou até hoje o Conselho Local de Habitação. Razões haverá certamente, mas elas são para nós obscuras. Entendemos que este Conselho Local poderia constituir-se como um importante fórum de debate e abordagem dos problemas habitacionais do Concelho, e um contributo significativo para a definição de políticas municipais mais ajustadas e adequadas neste domínio.

Não entraremos na discussão sobre a capacidade de execução (ou conflagrada falta dela), revelada pela Câmara Municipal, no que respeita àquelas que são as promessas eleitorais. Mas sempre registaremos que dos mais de 400 fogos de habitação a custos controlados, que em 2021 o PS fez incluir no seu programa eleitoral como promessa aos Almadenses, neste momento estão em construção 14 e apalavrados mais 52. A um ano do fim do mandato, percebemos todos que aquela promessa eleitoral já foi... para mal dos almadenses, que esperam e desesperam por uma solução habitacional condigna, como é seu direito à luz da Constituição da República Portuguesa.

Depois..., depois temos a situação criada em Penajoia.

Uma situação conhecida de todos, que não podemos deixar de caracterizar senão como de uma enorme e gritante degradação social e humana. Para quem, como o PS, passou anos a acusar outros, de forma totalmente inconsequente e falaciosa, de negligência neste domínio, a situação hoje vivida em Penajoia não abona em nada os créditos do próprio PS...

A situação vivida por centenas de seres humanos como nós, instalados naquela área do território de Almada em condições muito precárias, não por vontade própria, mas por ausência de alternativas viáveis e condignas de habitação, interpela-nos de forma crua e violenta, e devia impor-nos a todos um olhar, uma postura e uma intervenção concreta de procura ativa de soluções que respondam ao apelo que aquelas centenas de residentes nos deixam: só queremos ser tratados com dignidade, como a CRP e as leis determinam que sejamos, é o que nos dizem!

A situação vivida por aquelas centenas de seres humanos não se compadece com a baixa política do “passa culpas” e do “empurrar o problema com a barriga”, passe a maior ligeireza da expressão, com que a Câmara Municipal de Almada tem encarado este problema.

Mais do que isso, aquela situação não se compadece, ainda se compadece menos, com uma postura de arrogância e de prepotência, que leva uma vereadora eleita na Câmara Municipal de Almada, a notificar aqueles cidadãos, vítimas de uma situação pela qual não são responsáveis, ameaçando-os da imposição de pesadas coimas por “construção ilegal”, e ameaçando-os de demolição das suas mais que precárias habitações.

Esta postura nem sequer nos espanta, já, em demasia. Ela vem, afinal, na sequência lógica da vanglória afirmada pela mesma Câmara Municipal, quando o IHRU, na primeira fase deste processo, intimou os residentes naqueles terrenos – que são sua propriedade –, a abandonar o local em 10 dias. A mesma Câmara Municipal que então bateu palmas, ufana, a esta anunciada intervenção musculada do instituto público, é a mesmíssima Câmara Municipal que agora procura intimidar os residentes em Penajoia, com base numa mais que bacoca afirmação da necessidade de cumprimento de regras e de leis.

Leis e regras são para se cumprir, não contestamos. Mas então, que se cumpra em primeiro lugar a lei fundamental do país, a CRP, e a Lei de Bases da Habitação. Estas cumpridas, deixaremos certamente de ouvir afirmações de vereadores como aquelas que ouvimos, tristemente, na última reunião da Câmara Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os graves e profundos problemas de habitação em geral, e os problemas específicos colocados em Penajoia, não são resolúveis num quadro de conflitualidade, arrogância e prepotência. Exigem, ao contrário, o estabelecimento de um diálogo construtivo, sério e ponderado, e exigem, sobretudo, uma postura de respeito integral pela condição humana daqueles que sofrem, em primeiro lugar, as consequências da total incapacidade revelada pelas entidades públicas ao longo das últimas cinco décadas, para executar aquilo que o artigo 65º da Constituição da República Portuguesa determina.

Os residentes em Penajoia não podem ser multados nem podem ser perseguidos! É imperioso que a Câmara Municipal inverta a postura e o caminho que vem percorrendo, desenvolvendo antes um processo de diálogo construtivo que abra caminho a uma solução que respeite plenamente os direitos e a dignidade de todos os envolvidos naquele problema.”

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De há uns meses para cá, os almadenses são confrontados com uma situação desagradável, inusitada, senão original, pelo menos com contornos preocupantes.

As muitas reclamações, queixas, indignação e sobretudo revolta por parte dos almadenses, centram-se na quantidade de lixo e demais resíduos urbanos, que se acumulam de forma degradante um pouco por todo o Concelho e por toda a Cidade.

Um cenário degradante que envergonha o Concelho, os almadenses e quem o visita, o acumular e depósitos descontrolados desse lixo, com a deficiente operacionalização de recolha, juntando-se a falta de civismo, leva inevitavelmente, à propagação de pragas nocivas à saúde pública, como moscas, ratos, baratas, tal como inevitável atração de cães vadios que vêm uma boa oportunidade com a quantidade de lixo acumulado.

A acrescentar a tudo isto, relatos de munícipes, onde o mau cheiro e odor imundo, lhes entra pela casa dentro, tendo de conviver e viver, com uma espécie de lixeira improvisada à porta de sua casa.

O Xerume que escorre da falta de higienização torna-se mesmo um sério caso de saúde pública.

Senhora Presidente, Senhora Vereadora, responsável pela área, pedia a vossas excelências que possam nesta Assembleia Municipal, dar uma justificação cabal, relativamente à gravidade do problema que se instalou em Almada. Aliás, como tal devem ter conhecimento através das inúmeras reclamações e descontentamentos que chegam junto do executivo, já para não falar das redes sociais onde as provas estão à vista de todos.

O que falhou Senhora Vereadora? O que está a falhar e como e quando pensam resolver o problema?

Os munícipes almadenses e os seus comerciantes, já pagam impostos e taxas consideráveis, para que quem os governa e gere o Município, saiba acautelar as suas necessidades básicas e estamos neste caso a falar de higiene urbana.

O que está a falhar? Onde está a fiscalização e o acompanhamento recorrente do problema?

Tem falta de meios? Tem falta de mão de obra? Falta legislação? Parece-nos que é mais uma falta de estratégia e de uma má gestão dos recursos do que outra coisa.

Os almadenses querem um Concelho limpo, asseado, aprazível e seguro, pois não querem ser confundidos com aquilo que infelizmente se vê nas ruas. Dirá que existem muitos Municípios pelo país, está assim. Não Senhora Vereadora, não está assim por todos os Municípios do país nem sequer a maioria dos Municípios do país onde nós encontramos, este problema. Nós falamos com muita gente por esse país fora, com muitos autarcas e até autarcas do seu partido, e não, não está igual ao Município de Almada.

Também não é culpa das Juntas de Freguesia que têm a suas atribuições e competências na matéria muito bem definidas. Este é um problema da responsabilidade do executivo, da sua Vereação Senhora Vereadora e da Senhora Presidente da Câmara Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como vai resolver? Deixo aqui também uma pergunta. Há concursos públicos a decorrer para o reforço de pessoal na área da higiene urbana? Se sim, qual por favor, se puder dizer à Assembleia Municipal qual o número do ofício do concurso?”

6.6 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Plano de evacuação de animais em caso de incêndio e catástrofe natural”;

6.6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Num cenário de crescente preocupação com as mudanças climáticas e seus impactos, incêndios florestais e catástrofes naturais têm-se tornado uma ameaça cada vez mais frequente em Portugal, especialmente em regiões urbanas e rurais como Almada. Em face destas emergências, a proteção dos animais domésticos, de produção e selvagens não deve ser esquecida. No entanto, o planeamento para a evacuação de animais é ainda negligenciado em muitos planos de contingência e emergência.

Portugal, nos últimos anos, tem enfrentado diversos episódios de incêndios devastadores, além de inundações e outros desastres naturais, colocando em risco não apenas vidas humanas, mas também as de milhares de animais que muitas vezes são deixados para trás. Veja-se os incêndios recentes ou os de 2017 onde morreram, estima-se, 500 mil animais, muitos deles acorrentados e fechados em barracões sem qualquer hipótese de fuga. Por isso, é fundamental que as políticas de evacuação e proteção sejam ampliadas, considerando não só a população humana, mas também os animais.

A proposta sugere que a Proteção Civil de Almada, em parceria com as autoridades locais, associações de proteção animal e serviços veterinários, elabore um protocolo específico para a evacuação de animais em risco, a incluir no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Este protocolo deve incluir a criação de abrigos temporários que aceitem animais domésticos e de produção, bem como a identificação de espaços seguros para a fauna selvagem. Além disso, a formação de brigadas de resgate animal em parceria com os bombeiros e proteção civil seria um recurso importante para atender emergências de forma mais rápida e eficiente.

A implementação de um kit de emergência voltado para animais também é uma medida recomendada. Este kit deve ser incentivado junto à população, incluindo ração, medicamentos, identificação dos animais (coleira e microchip), caixas de transporte e comedouros dobráveis. Para os animais de produção e de grande porte, como cavalos e gado, é importante a coordenação de rotas de evacuação seguras, considerando a infraestrutura local e os recursos disponíveis.

A educação da comunidade é outro pilar desta recomendação. É necessário promover campanhas de sensibilização e workshops que orientem a população sobre como agir em caso de emergência envolvendo os seus animais, enfatizando a importância de um plano familiar de emergência que inclua todos os seres da casa.

A necessidade de implementação de um plano de evacuação e emergência para animais não é apenas uma questão ética, mas também prática. Em muitas situações, a resistência das pessoas em abandonar suas casas durante uma emergência está diretamente relacionada ao fato de não poderem levar seus animais. Portanto, ao incluir os animais em estratégias de evacuação, as autoridades podem evitar que humanos coloquem suas vidas em risco para proteger seus companheiros animais.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26 e 27 de setembro de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de um Plano de evacuação de animais em caso de incêndio e catástrofe natural.”

6.6.2 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD), para apresentar uma Saudação a “Duarte Algarvio campeão europeu de futebol de praia”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 6.6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 15 de setembro, em Itália, Portugal sagrou-se Campeão Europeu de Futebol de Praia vencendo por 5-1 a equipa anfitriã da competição.

A seleção nacional integra nas suas fileiras o jovem jogador Duarte Algarvio, nascido a 7 de setembro de 2000, na Costa da Caparica, jogando na posição de Ala.

Contando já com 44 internacionalizações, este jovem jogador caparicano, deu o seu valioso contributo para a expressiva vitória, na revalidação do título europeu frente à seleção Italiana.

No plano nacional Duarte Algarvio enverga as cores do Sporting Clube de Braga, onde também já se sagrou campeão nacional.

Na mesma seleção presta serviço como treinador de guarda-redes Paulo Fortunato (também conhecido por Paulo Viola), natural de Costa da Caparica, onde nasceu a 3 de junho de 1978. Antes das atuais funções teve uma longa e profícua carreira como guarda-redes.

Neste contexto a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de setembro de 2024 delibera:

1. Saudar entusiasticamente Duarte Algarvio e Paulo Fortunato pela conquista deste importante título, que muito prestigia o Concelho de Almada e a Costa da Caparica;

2. Desejar que estes êxitos se possam vir a repetir, reforçando o prestígio da nossa Seleção.”

### 6.6.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD) para apresentar uma Recomendação “Pela reabertura da cozinha da Escola D. António da Costa”;

#### 6.6.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para quem não tinha conhecimento a Escola D. António da Costa, foi fechada há dois anos aquando da passagem da escola para a gestão da Câmara Municipal com a transferência de competências. Ela foi fechada e foi fechada bem, porque aparentemente não apresentava condições de higiene e segurança. Eu na altura recordo-me de ouvir na rua algo semelhante, a cozinha tinha bancadas em madeira, era aceitável nos anos sessenta, hoje em dia numa cozinha industrial é impensável. Acontece que, dois anos depois, os alunos de uma das maiores escolas do Concelho que vai desde o pré-escolar até ao 9º ano, continuam a comer comida servida no mesmo refeitório, mas é trazida por uma empresa externa. As refeições são cozinhadas, são embaladas, são transportadas, são aquecidas e são servidas depois. E é natural que este processo leve à diminuição da qualidade das refeições escolares e também há um rolo de queixas que nós já ouvimos aqui por parte da comunidade escolar que se prendem com a demora do serviço.

Independentemente de se planear obras mais profundas que são necessárias numa escola tão antiga, é urgente avançar com as obras necessárias na cozinha da António da Costa, para que a empresa de catering possa confecionar as refeições no local, é necessário também aumentar o controlo de qualidade da comida funcionando no atual modelo e recomendamos ainda que a Assembleia Municipal seja informada do plano desta mesma obra e da sua calendarização.

Eu termino com um desabafo, se me é permitido. O que levou o PSD a apresentar este tema através de uma recomendação e não intervir por exemplo, através do período da Atividade Municipal como costumamos fazer, foi o facto de, correntemente as nossas perguntas ficarem sem resposta. Eu peço que este debate seja democrático, no sentido de não se tornar um monólogo. E por isso, pedimos ao executivo da Câmara Municipal que responda à Assembleia Municipal e responda também às necessidades das crianças.”

A Escola Básica D. António da Costa (EDAC) é a segunda escola preparatória mais antiga do Concelho, tendo o atual edifício sido inaugurado em 1969. Atualmente, a escola serve crianças do ensino pré-escolar ao 9º ano.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Perto de mil alunos, professores, assistentes operacionais e administrativos frequentam diariamente este espaço notável com 55 anos.

Há cerca de dois anos, quando da passagem do edifício da escola para a gestão da Câmara Municipal de Almada, as cozinhas foram encerradas por se encontrarem degradadas e não cumprirem regras de segurança alimentar. Assim, desde o início do ano letivo de 2022/2023 que as refeições fornecidas à comunidade escolar são confeccionadas por uma empresa externa, em instalações próprias, sendo posteriormente transportadas até à escola e servidas no refeitório.

Apesar dos menus serem os mesmos que provavelmente seriam servidos se fossem cozinhados na escola, é inevitável que a qualidade da refeição diminua substancialmente no processo de reaquecimento. A esta questão, acrescentam-se as queixas de demora no serviço à hora do almoço e o potencial aumento do risco para a saúde pública ao servir-se refeições cozinhadas há várias horas, em vez de pratos acabados de fazer.

É compreensível que a logística de um refeitório escolar tenha de ser assumida por uma empresa de catering externo. No entanto, o PSD Almada não pode aceitar que passados dois anos a cozinha da EDAC não tenha sofrido quaisquer obras que permitam corrigir os problemas e estar funcional para a confeção de refeições.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, delibera instar a Câmara Municipal de Almada a:

1. Realizar as obras na cozinha da EDAC, de modo a que as refeições escolares aí possam ser confeccionadas;
2. Intensificar o controlo de qualidade da comida servida na cantina da EDAC, por forma a garantir que a mesma é do agrado da comunidade escolar e respeita todas as regras de segurança;
3. Prestar informação à Assembleia Municipal de Almada do plano e calendário da referida obra.
4. Deve a presente deliberação ser enviada à Direção do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, à Associação de Pais da EDAC e à Associação de Estudantes da EDAC.”

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Para a criação de uma Rotunda na Rua Direita, junto à PSP – Divisão Policial de Almada”;

6.6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No âmbito da 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, tivemos a oportunidade de nos reunirmos no passado dia 31 de julho com a PSP de Almada, e ouvir algumas das suas queixas, o que motivou a apresentação desta moção.

A mobilidade urbana e a eficiência na resposta das forças de segurança são elementos essenciais para garantir a segurança e o bem-estar da população. No caso específico da Divisão Policial da PSP de Almada, localizada na Rua Direita, verifica-se que a atual configuração do trânsito pode ter um impacto negativo nos tempos de resposta.

Atualmente, os veículos da PSP, ao saírem da esquadra, são obrigados a virar para o lado direito, na direção do centro da cidade, rumo à Rua Dom João de Castro, que posteriormente desemboca nas estradas de acesso à Ponte sobre o Tejo.

Estas vias estão frequentemente congestionadas nas horas de ponta e, em casos de incidente na Ponte, situação comum, podem ficar completamente intransitáveis. Este cenário resulta em paragens ou atrasos significativos no tráfego, prejudicando gravemente a capacidade de resposta dos veículos da PSP em serviço.

Com a conclusão das obras no IC20, prevista para 2025, espera-se um aumento significativo no tráfego rodoviário em Almada, sobretudo no interior da cidade, com o desvio de veículos provenientes da Costa de Caparica.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta pressão adicional sobre as vias internas irá agravar, ainda mais, a situação, tornando urgente a implementação de soluções que melhorem a fluidez do trânsito e a segurança rodoviária.

A criação da rotunda aqui proposta eliminaria ainda a necessidade de semáforo no local, o que traria benefícios em termos de redução de custos energéticos e impacto ambiental, facilitando a circulação, especialmente para os condutores que circulam na Rua Câmara Pestana, frequentemente forçados a longas esperas.

Face aos desafios apresentados e à necessidade de melhorar a mobilidade em Almada, a Assembleia Municipal, reunida em sessão plenária, propõe:

1. Que seja solicitada à Câmara Municipal de Almada a realização de um estudo de viabilidade para a construção de uma rotunda na Rua Direita, junto à Divisão Policial da PSP, tendo em vista o impacto no trânsito local e a melhoria dos tempos de resposta dos veículos em serviço;

2. Que o estudo avalie também os benefícios ambientais e económicos decorrentes da eliminação do semáforo atualmente instalado, e a melhoria da circulação para os condutores provenientes da Rua Câmara Pestana e zonas adjacentes.”

6.6.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Saudação à “Seleção Nacional de Futebol de Praia e ao caparicano Duarte Algarvio pela conquista do Campeonato Europeu”;

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 15 de setembro de 2024, a Seleção Nacional de Futebol de Praia sagrou-se Campeã da Europa ao vencer a Itália por 5-1 na final disputada em Alghero, Itália.

Esta vitória enche de orgulho todos os portugueses e eleva o nome de Portugal no panorama desportivo internacional.

Sob a liderança do selecionador Mário Narciso, a equipa demonstrou excelência, determinação e espírito de união ao longo de toda a competição.

É com especial satisfação que destacamos a participação de Duarte Algarvio, atleta natural da Costa de Caparica.

O seu contributo foi fundamental para esta conquista, sendo motivo de grande orgulho para todos os almadenses.

Duarte Algarvio é um exemplo para os jovens do nosso Concelho, demonstrando que, com trabalho e dedicação, é possível alcançar os mais altos patamares do desporto internacional.

Assim, o Grupo Municipal do Partido CHEGA, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Saudar calorosamente a Seleção Nacional de Futebol de Praia pela brilhante conquista do Campeonato Europeu, reconhecendo o esforço e dedicação de todos os atletas e equipa técnica;

2. Enaltecer e felicitar o atleta Duarte Algarvio, natural da Costa de Caparica, pelo seu importante contributo nesta vitória, sendo um orgulho para o Concelho de Almada e um exemplo inspirador para as novas gerações.”

6.6.6 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), para apresentar uma Saudação “À Luta dos Trabalhadores da Administração Local e das Empresas Municipais e Concessionárias”;

6.6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na passada sexta-feira, 20 de setembro, milhares de Trabalhadores da Administração Local, das Empresas Municipais e Concessionárias, de norte a sul do país, rumaram em manifestação nacional a Lisboa, para exigir ao Governo (e às Autarquias Locais) a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta ação de luta é a resposta dos trabalhadores ao silêncio do governo PSD/CDS às propostas apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) em 25 de junho, num abaixo-assinado subscrito por 25 mil trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial de todo o país, trabalhadores que são fundamentais na prestação de serviços públicos essenciais às populações, e que lutam por:

- Aumento imediato de todos os salários.
- Fixação do salário mínimo em 1000,00€ em 2024.
- Fixação do valor do subsídio refeição em 10,50€.
- Correção justa e real da Tabela Remuneratória Única.
- Valorização de todas as carreiras e profissões da administração pública local.
- Revogação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, equitativo e justo.
- Aplicação correta e abrangente do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, bem como a atualização dos seus valores e incorporação do fator Risco.
- Regulamentação do Subsídio de Piquete/Disponibilidade.
- Identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido na Administração Local e Empresas Municipais e Concessionárias.
- Reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1 - Saudar a justa luta que os trabalhadores da Administração Pública Local, das Empresas Municipais e Concessionárias que desenvolvem em defesa dos seus legítimos interesses e direitos, saudando particularmente os trabalhadores do Município de Almada, que também nos seus locais de trabalho reivindicam com determinação a adoção de medidas que promovam a melhoria das suas condições de trabalho e de vida.”

6.6.7 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU), para apresentar uma Moção sobre “Acesso aos cuidados de Saúde nas unidades do Serviço Nacional de Saúde”;

6.6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em face:

- Da prolongada e recorrente situação de encerramento dos serviços de Urgência de Pediatria e de Obstetrícia e de Ginecologia no Hospital Garcia de Orta, alargado nos últimos tempos também ao serviço de traumatologia.
- Das más condições de trabalho dos profissionais e das más condições de conforto dos utentes, verificadas no verão de 2024 em muitos dos Centros de Saúde do concelho de Almada, consequência do registo de avarias generalizadas nos seus equipamentos de ventilação e conforto térmico.
- Da dificuldade sentida pelos utentes no acesso a consultas, exames complementares de diagnóstico e tratamentos médicos ou cirúrgicos no tempo clinicamente recomendado.
- Da incerteza gerada pela falta de informação clara relativa aos programas funcionais, projetos e datas de início de atividade dos novos centros de saúde anunciados para o Feijó e para a Costa da Caparica, para o Hospital do Seixal e para a Unidade de Saúde da Trafaria.

O Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1- Lavrar o seu mais veemente protesto pela forma acomodada como o Governo, a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde e o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Almada Seixal têm destrutado as



crianças, as mulheres, em especial as grávidas e as suas famílias, e exigir a imediata resolução dos problemas que afetam os Serviços de Urgência do Hospital Garcia de Orta.

2 - Exigir ao Governo a tomada de medidas imediatas para dotar o Serviço Nacional de Saúde dos profissionais necessários ao pleno cumprimento da missão que lhe está atribuída pela Constituição da República e pelas leis que dela decorrem, designadamente a de prestação de todos o tipo de cuidados de saúde de forma digna e eficaz a todos os que deles necessitam, em equidade e sem discriminações.

3 - Solicitar à Câmara Municipal que, no prazo de 15 dias, forneça, por escrito, à Assembleia Municipal toda a informação que tem em seu poder relativa aos programas funcionais, projetos e data prevista de início de atividade dos Centros de Saúde anunciados para o Feijó e para a Costa da Caparica.

4 - Instar a Câmara Municipal de Almada a assumir, de forma integral e imediata, as competências que lhe foram transferidas e que aceitou em matéria de manutenção, apoio logístico e funcionamento das Unidades de Cuidados de Saúde Primários, ou, em face de eventual violação do Acordo de Transferência por parte do Governo, efetuar a sua denúncia, obviando à ocorrência de prejuízos para os doentes.

5 - Instar a Câmara Municipal a que, no quadro de atributos e competências que lhe estão atualmente atribuídas, negocie com a Comissão Executiva do Serviço Nacional de Saúde e da Unidade Local de Saúde Almada Seixal, no sentido de que a Unidade de Saúde da Trafaria inicie funções até ao final do ano de 2024, e que fique dotada de um serviço de atendimento médico e de enfermagem, de acordo com a vontade repetidamente expressa pela população da Trafaria.”

6.6.8 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE) para apresentar uma Recomendação “45 anos do Serviço Nacional de Saúde”;

6.6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei n.º 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: *“tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior”*. Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infecciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito: *“não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes”* (in *“Correspondência do Ministro da Saúde e Assistência dirigidas a Salazar”* - Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Santa Maria, S. João e Civis de Lisboa eram superiores a 65 mil contos. Em 1971 o Decreto Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil era das mais elevadas da Europa.

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: *“incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS”* (art.º 64º n.º3 d).



Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: “o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público” (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo “negócio privado da doença”: de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em faturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do sector. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores.

A questão central sobre o futuro do SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei n.º 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à protecção da saúde concretiza-se primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos, podendo de forma supletiva e temporária ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, em caso de necessidade fundamentada.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26 e 27 de Setembro de 2024 Delibera:

- Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;
- Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;
- Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019).”

6.6.9 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE) para apresentar uma Recomendação “Pelo alargamento da Rede de Creches Municipais”;

6.6.9.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

A Recomendação nº 3/2011 do Conselho Nacional de Educação sobre “A educação dos 0 aos 3 anos” considera que a concretização do direito das crianças à creche é “um fator de igualdade de oportunidades, de inclusão e coesão social”. O mesmo documento sustenta que a responsabilização primeira pela educação dos 0 aos 3 anos pertence às famílias, não devendo a frequência da creche ser obrigatória, mas devendo “ser universal, de modo que as famílias disponham de serviços de alta qualidade a quem entregar os seus filhos, serviços esses que devem estar geograficamente próximos da respetiva residência ou local de trabalho”. E, no mesmo sentido, defende que “o Ministério da Educação deve assumir progressivamente uma responsabilização pela tutela da educação da faixa etária dos 0-3”.

A partir de 2022 entrou em funcionamento o programa “Creche Feliz” que garante a gratuidade. Uma medida positiva que, a universalidade do acesso à creche permite uma sociedade mais justa e inclusiva. E, como é dirigida a crianças até aos 3 anos, é um importantíssimo serviço para a sua sociabilização e aprendizagem. Esta é uma medida positiva a debelar insuficiências, carências e menores fatores de desenvolvimento que as crianças possam ter.

É essencial cumprir a Constituição no que se refere aos direitos constitucionais das crianças ao desenvolvimento integral (artigo 69.º) e à Educação (artigo 73.º). O acesso gratuito universal à creche é uma medida de toda importância para a efetividade destes direitos. As crianças, no caso em apreço até aos 3 anos, nunca devem ser castigadas ou discriminadas em função do seu contexto social ou dos seus progenitores.

Em consequência do programa “Creche Feliz”, aumentou naturalmente a procura de vagas em creches. O que torna mais premente o aumento de capacidade de resposta. Como medida de aumento do número de vagas, o programa “Creche Feliz” foi alargado também ao setor privado, de forma subsidiária. Igualmente para aumentar o número de vagas foram alterados os critérios referentes à organização e reconversão das salas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em dezembro de 2023 houve uma alteração importante ao programa “Creche Feliz”, estendendo-o às autarquias locais e de outras instituições públicas.

Em suma, no país, as respostas sociais para a infância são protagonizadas pelo setor social, financiado por acordos de cooperação com a Segurança Social. As creches não estão inseridas no sistema de ensino e existe uma grave falta de vagas em creches.

Note-se, aliás, que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aponta precisamente para a necessidade de se investir no alargamento do número de lugares em creches. Precisamente devido à sua reduzida taxa de cobertura. Houve já autarquias que concorram às verbas do PRR para a criação e/ou construção de creches municipais, assim como outras que as criaram fora desse programa.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26 e 27 de setembro de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- O alargamento da rede de creches municipais no Concelho de Almada, através do reforço de recursos e a criação de mecanismos que permitam a sua concretização.”

6.6.10 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE) para apresentar uma Moção “Pela retirada da bandeira portuguesa ao cargueiro MV Kathrin, pelo cumprimento pelo Estado Português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina”;

6.6.10.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O navio MV Kathrin IMO9570620 que navega sob bandeira portuguesa largou de Hai Phong no Vietname em 22/07/2024 e dirige-se a Bar, principal porto de mar do Montenegro. Transporta uma carga mortífera de toneladas de explosivos para Israel, componentes-chave para as bombas e mísseis que têm estado a ser lançados contra escolas, hospitais e campos de refugiados em Gaza na campanha genocida contra os palestinianos, como alertou recentemente Francesca Albanese, relatora especial da ONU para os territórios palestinianos ocupados.

Este cargueiro de 7.000 toneladas e 130 metros de comprimento foi construído em 2010 em estaleiros da China e o proprietário é a Concord Shipping, da Alemanha. Já teve três nomes diferentes e arvora o pavilhão português obtido no registo internacional de navios da Madeira (MAR). Trata-se de uma “bandeira de conveniência”, prática de registar o navio mercante em territórios (como a Libéria, Bahamas, Filipinas, Malta e também a Madeira) que não sejam o do proprietário ou armador. A finalidade deste registo é fugir a obrigações legais em matéria laboral, ambiental e de segurança marítima. Navegam com tripulação reduzida, mal paga e submetida a longas jornadas de trabalho. Incumprindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (art.º 9.º), a fiscalização pelo país da bandeira é pouca ou nenhuma.

Em 5 de abril deste ano o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou a Resolução A/HRC/55/28 sobre a “situação dos direitos humanos no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém oriental, e a obrigação de garantir a responsabilização e justiça” na qual exige a Israel, potência ocupante, que termine a sua ocupação do território palestiniano, incluindo Jerusalém Oriental. Para além de exigir ao governo de Israel o levantamento do bloqueio à faixa de Gaza e a cessação imediata de todas as formas de punição coletiva, a Resolução de 5 de abril “exorta todos os Estados a que ponham fim à venda ou entrega de armas, munições e outros equipamentos militares a Israel, potência ocupante, a fim de prevenir novas violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos” (ponto 14.)

Na sequência das decisões do Conselho de Direitos Humanos o governo da Namíbia, para não ser cúmplice dos crimes de guerra cometidos por Israel contra o povo palestiniano, não permitiu que o navio MV Kathrin com dezenas de contentores com TNT e outros explosivos atracasse num porto do país, no trajeto a caminho de Montenegro.

O governo português já admitiu, ao contrário do que afirmou numa primeira interpelação, que o navio MV Kathrin sob bandeira de Portugal, transporta efetivamente explosivos e outras matérias perigosas, que serão



obviamente utilizadas pelo governo de Israel para massacrar a população civil palestina, crianças, mulheres, idosos, trabalhadores de organizações humanitárias, funcionários das Nações Unidas, jornalistas. Impõe-se então que o governo português dê cabal cumprimento às Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho dos Direitos Humanos (como a A/HRC/RES/55/30) que reafirmaram o direito inalienável, permanente e incondicional do povo palestino à livre determinação, incluindo o seu direito a viver em liberdade, justiça e dignidade e o seu direito a um Estado da Palestina independente.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 26 e 27 de Setembro de 2024, delibera manifestar ao governo:

1 - A urgência em retirar a bandeira portuguesa ao navio MV Kathrin que transporta explosivos e outra carga letal com destino a Israel, em flagrante violação de Resoluções do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas;

2 – A necessidade de serem emitidas normas que impeçam o envolvimento de embarcações com bandeira portuguesa ou outros meios no apoio à máquina de guerra de Israel contra o povo da Palestina.”

6.6.11 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE) para apresentar uma Moção “Pelo Direito Humano à Água”;

6.6.11.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A água potável é um elemento essencial para a vida humana, sendo indispensável para a saúde, a higiene, a produção de alimentos e o desenvolvimento socioeconómico.

Tal é reconhecido na Constituição da República Portuguesa, nos seus artigos 64º e 66º, que consagra o direito à saúde, o que inclui necessariamente o acesso à água potável e ao saneamento básico como direito humano essencial.

Igualmente a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2010, na resolução 64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, reconhece explicitamente o direito inalienável ao acesso à água potável e ao saneamento como um direito humano fundamental, estabelecendo o direito de todos a quantidade e qualidade suficientes de água para atender às necessidades pessoais e domésticas.

Inclusive o direito internacional humanitário a partir dos Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949 proíbe ataques deliberados a sistemas de abastecimento de água durante conflitos armados, reconhecendo a fundamental importância da água para a sobrevivência das populações.

O acesso à água é um direito e um bem comum, é um pré-requisito para o exercício de outros direitos humanos, como o direito à saúde, à alimentação, à educação e à vida digna. Ao reconhecer o direito humano à água, estamos a afirmar o valor intrínseco de cada pessoa e a nossa responsabilidade coletiva de proteger o meio ambiente.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 26 e 27 de Setembro de 2024 delibera:

1 - Reiterar o reconhecimento do direito humano à água como um direito inalienável e essencial para a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável, estabelecendo que ninguém pode ser privado da sua fruição.

2 - Exigir que o município de Almada implemente políticas públicas eficazes para garantir o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento básico para toda a população presente no município de Almada, priorizando as populações mais vulneráveis.

3 - Defender a inclusão explícita do direito à água na Constituição da República Portuguesa, como forma de reforçar a garantia deste direito fundamental e de promover a sua efetivação.

4 - Condenar qualquer ação discriminatória que viole o direito humano à água, bem como qualquer tentativa de concessão a privados dos serviços de água e saneamento.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5 - Apelar à comunidade nacional e internacional que intensifique os esforços no sentido de garantir o cumprimento do direito humano à água, em particular nas regiões afetadas por crises sociais ou humanitárias e nos países em desenvolvimento.”

6.6.12 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE) para apresentar uma Saudação “À luta dos Trabalhadores da Administração Local”;

6.6.12.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 20 de setembro, a manifestação nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL) e da CGTP juntou mais de três mil trabalhadores em luta por direitos laborais.

Esta mobilização destacou a necessidade da identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido, nomeadamente profissões com condições insalubres, o que contribuiu para deteriorar a saúde dos trabalhadores de uma forma mais rápida, ou de intenso esforço, cujas funções sujeitam milhares de trabalhadores a forte pressão e desgaste emocional e/ou físico.

Os trabalhadores reivindicam também aumentos salariais imediatos e valorização de carreiras, a criação de um Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco - que substitua o atual Suplemento de Penosidade e Insalubridade e que abranja mais trabalhadores, garantindo também a atualização do seu valor. Para o STAL este suplemento deve incluir a redução do horário de trabalho, a redução do tempo de trabalho para efeito de aposentação/reforma e o acréscimo dos dias de férias, assim como aplicar o suplemento a todos os trabalhadores do setor empresarial.

O sindicato entregou um abaixo-assinado com 25 mil assinaturas ao primeiro-ministro, exigindo respostas às reivindicações dos trabalhadores.

São mais de 25 mil os trabalhadores de todos os sectores da Administração Local e das Empresas Municipais e Concessionárias que fazem funcionar vários dos serviços essenciais no nosso país.

Quando a maioria dos trabalhadores não ganha mais do 1000€ por mês e o custo de vida aumenta brutalmente desde a alimentação, à energia e às despesas com a habitação – é imprescindível intensificar a mobilização, unidade e determinação da classe trabalhadora para conquistar mais direitos e melhores condições de vida e de trabalho.

Assim, saudamos os trabalhadores da Administração Local, o STAL e a CGTP e a manifestação do passado dia 20 de setembro, assim como as mobilizações que irão decorrer no mês de outubro, mês de «Reivindicação, Mobilização e Luta» que irá culminar com a manifestação nacional de 9 de novembro.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 e 27 de setembro de 2024, delibere:

1 - Saudar a luta dos trabalhadores da administração local e a manifestação do passado dia 20 de setembro, convocada pelo STAL e pela CGTP;

2 - Associar-se às reivindicações de aumentos salariais imediatos, valorização de carreiras, identificação e regulamentação de profissões de desgaste rápido, a criação de um Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, a reposição dos 25 dias de férias, a redução do tempo de trabalho e melhoria das condições laborais.”

6.6.13 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU) para apresentar uma Moção “Os Incêndios Florestais – Solidariedade com as Populações”;

6.6.13.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De novo, sete anos passados sobre os fatídicos incêndios registados em junho e outubro de 2017, que atingiram de forma particularmente dura o norte e centro do nosso país, a tragédia volta a abater-se sobre as populações, sensivelmente na mesma região de Portugal. Uma vez mais, colhendo vidas humanas, destruindo centenas de milhares de hectares de floresta e mato, dezenas de habitações, explorações agrícolas, outras atividades económicas e empregos, dando uma dramática expressão à dimensão desta nova catástrofe.

As condições climáticas voltaram a ser extremamente adversas neste verão de 2024, e poderão justificar a origem imediata da situação dramática vivida.

Mas não podemos ignorar que as condições da Floresta Nacional não foram substancialmente alteradas desde 2017 até ao presente, especialmente no que respeita à persistente ausência de medidas de ordenamento do território, agravada pela igualmente persistente ausência de medidas de prevenção estruturais, condições que, naturalmente, favorecem a ocorrência deste tipo de catástrofes.

Importa considerar a desertificação humana e económica de territórios cada vez mais vastos, tantas vezes repetida e sublinhada pelos especialistas em ordenamento do território como um dos fatores mais importantes que justificam a ocorrência deste tipo de situações.

Importa considerar a liquidação em larga escala de explorações agroflorestais.

Importa considerar a fraca rentabilidade económica da exploração florestal, a que se associa a permanente e desenfreada expansão do eucalipto.

Importa considerar o desordenamento florestal e a falta de cumprimento mínimo da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional das Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Importa considerar todos estes fatores, também eles, responsáveis por esta nova situação de catástrofe que vivemos nas últimas semanas.

A dimensão trágica e brutal dos incêndios florestais e suas consequências têm correspondência com as políticas de sucessivos governos que conduziram à destruição do mundo rural, ao definhamento da agricultura e da floresta e ao abandono do interior do País.

Os fogos florestais deste quase final de verão representam, uma vez mais, um trágico impacto humano, económico, social e ambiental, devendo ser assumido como questão nacional que a todos diz respeito.

É neste contexto de pesar, de reconhecimento e de solidariedade que o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

- 1 - Manifestar às populações atingidas, em particular às vítimas dos incêndios, e aos seus familiares, o mais sentido pesar e a mais profunda e ativa solidariedade.
- 2 - Declarar o mais profundo reconhecimento a todos os que, nos diferentes domínios de intervenção dos serviços de proteção civil, designadamente aos Bombeiros e às forças de segurança e militares, intervieram e intervêm para ajudar as pessoas, defender vidas e minimizar danos e prejuízos.
- 3 - Exigir junto do Governo, da Assembleia da República e da Presidência da República, que seja concedida absoluta prioridade ao desenvolvimento de políticas consistentes e coerentes de incentivo e valorização do mundo rural, da agricultura e florestas e de fixação de população no interior do país, bem como de apoio ativo às vítimas da catástrofe.
- 4 - Considerar importante a gestão pública das matas nacionais reforçada com meios humanos, financeiros e logísticos para uma efetiva atividade no terreno.
- 5 - Reclamar o cumprimento e aplicação da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional das Florestas, do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Relatórios e Pareceres da Assembleia da República e da Comissão Técnica Independente."



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.7 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as José Ricardo Martins (IND), Luís Filipe Palma (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Margarida Ramires Paulos (PAN), Ana Margarida Lourenço (PS), João Eduardo Geraldês (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), José António Rocha (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (IND):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de me associar a esta saudação sobre o Duarte Algarvio, um caparicano que, para além de ser Campeão Europeu pela nossa Seleção, fez o pleno esta época ao serviço do Sporting Clube de Braga, gostaria de me associar à saudação do PSD.

Foi Campeão Europeu pelo Clube que representa, o Sporting Clube de Braga, assim como Campeão Nacional, ganhou a Taça de Portugal e a Supertaça, fez o pleno este ano, gostaria então de me associar a esta saudação sobre este caparicano Duarte Algarvio.”

6.7.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Câmara Municipal quando pede a palavra sobre estas matérias das moções, que são da inteira responsabilidade dos Senhores Deputados Municipais, não só a formulação como a votação, é apenas para prestar alguns esclarecimentos nalgumas das que são apresentadas.

Relativamente à proposta do PAN, dizer que, este Plano de Evacuação já faz parte dos Planos de Proteção Civil que estão a ser elaborados. A revisão dos Planos de Proteção Civil, eu penso que aliás, como a Senhora Deputada Municipal fala, faz parte de uma Comissão onde isso foi debatido e que já está mesmo em fase final. Se não sabe agora, vai saber em breve. Tinham-me dito que já tinha sido debatido, se não foi peço desculpa, fui mal informada. Como sabe, uma das nossas grandes questões foi de juntar a causa animal à Proteção Civil, e uma das grandes questões em colaboração aliás, com o nosso Provedor do Animal, que é um especialista internacional, justamente reconhecido pela ONU para no caso de catástrofe fazer planos de evacuação, jamais a nossa Proteção Civil faria planos de segurança e de evacuação sem colocar também a questão dos animais. Está a ser pensado, está a ser elaborado, e vai para consulta pública em outubro. Sobre essa questão quero ser muito clara, está a ser feito.

Relativamente a rotunda em frente à PSP, ainda há pouco tempo, eu penso que, eu própria confesso já não me lembro se foi em reunião de Câmara ou numa Assembleia Municipal, ainda há pouco tempo estive a visitar as instalações da PSP, também já está desenhada, já está a ir para obra, está a começar em breve, está prevista, está desenhada, foi consensualizada com o seu Comandante. Como sabem nós temos o projeto “O meu Bairro” que foi aprovado e que também vai um bocadinho na sequência, a rotunda não faz parte do Projeto do “O meu Bairro”, mas naturalmente, só estávamos a aguardar a finalização do projeto mesmo acima daquele campo de jogos, para poder ligar as duas empreitadas, embora sejam projetos diferentes porque “O meu Bairro”, termina antes do cruzamento, mas é só para haver coincidência de obra e coerência.

Relativamente ao alargamento das creches eu passarei a palavra à Senhora Vice-Presidente, assim como a questão da Escola da António da Costa. Eu penso que o PSD não é estranho às questões da educação em Almada, portanto, quando dizem que ficam sem resposta, acho um pouco bizarro, mas tenho sempre o gosto em dar-lhe todas as respostas que queira nesta matéria.

Relativamente à questão do direito à água, é obvio que a Câmara Municipal partilha de todas as preocupações do acesso à água. Não está aqui na moção claro, se se estão a referir a um caso específico, se tem a ver com a declaração política do Senhor Deputado Municipal da CDU, eu suponho que estão a falar de Penajoia sem querer falar de Penajoia. Agora, a questão de Penajoia não tem nada a ver com o acesso à água, tem a ver pura e simplesmente e está aqui o Senhor Vereador dos SMAS que também já explicou várias vezes, que não é possível uma boca de incêndio, é inviolável. Por outro lado, é um terreno privado, embora seja de uma entidade pública,



e a Câmara Municipal pode levar e até o espaço público já está infraestruturado. A Câmara Municipal não pode ir fazer obras em terrenos alheios enquanto o proprietário do terreno não o solicitar.

Dar nota que já perguntamos ao IHRU e penso que já o referi, e volto a dar nota, essa questão já foi solicitada ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, no ofício que lhe foi enviado no dia 25 de julho, relativamente ao IHRU, onde abordamos justamente a nossa preocupação e com a questão da água e com a questão também do saneamento, e também já comuniquei. Ainda hoje estive com a Senhora Secretária de Estado da Habitação e eu acho que é de facto, urgente termos mais uma, continuamos à espera da marcação de uma reunião com a Direção do IHRU que nos manda umas cartas, mas não há meio de marcar uma reunião. Portanto, penso que todos nós concordamos com o acesso à água. Mas eu não tenho aqui tempo suficiente. Ainda hoje mesmo, quando estive com a Senhora Secretária de Estado que me disse que vão ser contactados pelo IHRU e assim aguardamos. Recebemos uma carta da anterior Vice-Presidente do IHRU, que já não está em funções, aguardamos naturalmente, com a nova Administração.

Relativamente à questão dos Centros de Saúde. Penso que não é preciso moções nem ultimatums por parte da CDU. Penso que o Senhor Deputado sabe muito bem que não é da competência da Câmara Municipal o conteúdo funcional. Estamos a falar do conteúdo funcional que deu origem aos projetos de arquitetura. Confesso que não entendo qual é que é a ideia de secretismo que a CDU quer fazer sobre estes projetos, são totalmente públicos, já foram entregues ao Senhor Presidente da União de Freguesias do Laranjeiro Feijo, volto a dizer aqui, façam o favor de entregar os pré- projetos, porque os projetos de especialidade ainda estão em curso, não há nenhum tipo de segredo. Esta questão de no prazo de quinze dias têm que nos dar o programa funcional, o programa funcional foi-nos pedido pela ARS, é com base nisso que nós fizemos o projeto preliminar. Acho curioso, a CDU sempre foi contra a transferência de competências, mas agora, impõe que a Câmara Municipal as assumas todas no prazo de quinze dias.”

6.7.3 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito sintética vou-me referir a duas moções.

A moção que é apresentada pelo PSD, relativamente à Escola D. António da Costa, dizer que não tenho consciência nenhuma de perguntas que me tenham sido feitas sobre esta matéria que não tenha respondido, não tenho. Aliás, na última reunião de Câmara, onde estão todas as forças políticas, eu respondi exatamente a uma pergunta destas a uma senhora munícipe. É público, está gravado e disse o que vou aqui dizer hoje, nem mais, nem menos. Efetivamente quando a escola passou do domínio do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, nós entendemos que aquela cozinha não tinha condições. A Escola estava prevista entrar em obras pelo PRR, era uma remodelação que irá ser muito mais profunda, quer da escola, quer da cozinha, não aconteceu e portanto, nós temos já em curso o levantamento daquilo que é preciso fazer para que a escola fique com a cozinha em condições de higiene e segurança que não tinha, para que efetivamente, aliás, a Associação de pais levamos-la lá.

Eu recomendo que veja a reunião de Câmara do dia 16, porque lá estará tudo.”

6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para esclarecer o que foi aqui dito relativamente ao Centro de Saúde do Feijó.

A Junta só tem conhecimento, ou neste caso o Presidente da Junta que sou eu, de uma imagem que vi no telemóvel que a Senhora Presidente apresentou numa reunião da 2ª Comissão, que por acaso eu até estava acompanhado de outros camaradas meus e de outros eleitos de outras forças políticas, e é apenas essa imagem que está no outdoor, que está afixado no terreno destino à construção do Centro de Saúde.

Que fique aqui claro que não vi qualquer projeto para além daquela imagem. Eu acho que de uma vez por todas deve ser posta a verdade e que assim que possível, fique aqui o compromisso por parte da Senhora Presidente,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que nos envie as peças relativamente ao projeto para que tenhamos conhecimento não só do exterior do edifício, mas tudo aquilo que será a componente funcional dos vários pisos que irão ficar naquele edifício, porque acho que é justo que assim seja para que também, quer os eleitos, quer as nossas populações possam ter conhecimento e falemos todos a mesma linguagem.”

6.7.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA irá votar grande parte das moções hoje apresentadas favoravelmente, queremos apenas salientar aqui algumas.

Saudamos a criação do Serviço Nacional de Saúde – SNS, que ao longo de 45 anos tem sido uma peça chave no acesso universal aos cuidados de saúde.

No entanto, ao celebrarmos este marco devemos também refletir sobre os graves problemas que SNS enfrenta atualmente. Grávidas sem locais para dar à luz, urgências pediátricas fechadas, e operações adiadas são apenas alguns exemplos de um sistema subcarregado e incapaz de responder às necessidades da população.

É precisamente neste ponto que defendemos a colaboração com o setor privado. O setor privado não pode ser visto como o inimigo do SNS, pelo contrário, deve ser encarado como um parceiro estratégico, capaz de aliviar a pressão sobre o sistema público e garantir que os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e com maior escolha.

Só com esta cooperação entre o público e o privado conseguiremos superar os desafios atuais e garantir um SNS eficiente.

Iremos votar a favor também da moção da Saúde, devido à necessidade urgente de melhores cuidados de saúde. O acesso aos cuidados de saúde é um direito fundamental e crucial pressionar o Governo e as entidades competentes para resolver os problemas crónicos nos serviços de urgência e nos centros de saúde.

Não podemos aceitar a continuidade do encerramento de serviços de urgência de pediatria, obstetrícia, ginecologia e agora também a traumatologia no Hospital Garcia de Orta.

Mais condições de trabalho para os profissionais e atendimento para os utentes, em vários centros de saúde em Almada, agravadas pelas avarias dos sistemas de ar condicionado no verão de 2024.

Também é inaceitável a falta de clareza sobre os novos projetos de saúde, nomeadamente os centros de saúde anunciados para o Feijó e para a Costa da Caparica e a unidade de saúde da Trafaria.

A Câmara Municipal deve fornecer a informação necessária sobre os projetos de saúde para que haja clareza sobre o futuro dos serviços de saúde do Concelho.

O meu Partido tem apresentado várias propostas na Assembleia da República, em defesa da família, reafirmamos o nosso compromisso com o apoio à família e natalidade, por isso votamos a favor da moção sobre o alargamento das creches municipais. A criação de mais vagas e a garantia do acesso universal, são fundamentais para proporcionar segurança às famílias e incentivar o aumento da natalidade. Uma prioridade para o nosso Partido.

Reconhecemos também que, a colaboração com o setor privado pode ser uma solução eficaz para responder às situações em que há ausência ou insuficiência de creche pública. O setor privado deve ser encarado como um parceiro complementar no fornecimento de serviços de qualidade, ajudando a suprimir as necessidades das famílias quando a oferta pública não é suficiente.

O CHEGA vai votar a favor da recomendação para a reabertura da cozinha da Escola D. António da Costa. As refeições servidas na escola devem ser de qualidade, seguras, confeccionadas em condições adequadas. A reabertura da cozinha permite melhorar significativamente a qualidade das refeições o que é crucial para o bem-estar das crianças. Reforçamos a importância e transparência e fiscalização. A Câmara Municipal deve garantir que todas as escolas têm condições adequadas para fornecer refeições seguras e de qualidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta é uma posição que o CHEGA já trouxe anteriormente a esta Assembleia Municipal, com queixas generalizadas sobre a qualidade e a quantidade de comida servida nas escolas.

Defendemos um controlo rigoroso da qualidade, que deve ser alargada a todas as refeições servidas no âmbito escolar, para assegurar que todas as crianças recebem refeições adequadas e seguras.”

6.7.6 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas na sequência do que a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse, dizer que de facto, se esse plano está a ser elaborado, não é do nosso conhecimento, assim como não é do conhecimento de nenhum almadense.

O Senhor Provedor reconhecemos-lhe todas competências e mais algumas que a Senhora Presidente referiu, mas de facto, o Senhor Provedor está no cargo há seis anos talvez. Portanto, continuamos à espera que este plano saia da gaveta.

Dizer também que, até em alguns realojamentos os animais são deixados para trás. Portanto, é normal que quando existem catástrofes, isso também aconteça e é nesse sentido que propomos esta recomendação.”

6.7.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao sentido de voto que o Partido Socialista irá ter em relação a cada um dos documentos, iremos votar favoravelmente a saudação quer a do PSD, quer a do CHEGA, sobre a saudação à Seleção Nacional de Futebol de Praia e ao atleta Duarte Algarvio, assim como também, a saudação da CDU sobre a luta dos trabalhadores da Administração Local e das Empresas Municipais e Concessionárias.

A moção do Bloco de Esquerda sobre os 45 Anos do Serviço Nacional de Saúde.

A Moção relativa ao navio cargueiro, também apresentada pelo Bloco de Esquerda, também votaremos favoravelmente. Assim como a moção da CDU sobre os incêndios florestais.

Relativamente aos outros documentos, ainda que alguns deles também sejam votados a favor, o PS queria deixar aqui algumas notas.

Pela ordem da sua apresentação, relativamente à moção apresentada pelo PAN, e no seguimento daquilo que a Senhora Presidente da Câmara aqui informou, atualmente este plano que é proposto, que é o Plano de Evacuação, ele já está inserido no atual Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, plano esse que como aqui foi mencionado, esta a ser revisto e que entrará em consulta pública em outubro próximo. Julgamos que esse é o momento para o PAN ou qualquer outro partido ou cidadão, fazerem as propostas que acharem convenientes. Achamos que é esse o local próprio e o momento próprio e não essa antecipação quando estamos a trabalhar um documento que já está a ser revisto, motivo pelo qual não poderemos acompanhar esta moção e iremos votar contra.

Relativamente, à moção apresentada pelo PSD sobre a reabertura da cozinha da Escola D. António da Costa. Como também foi aqui mencionado pela Senhora Vereadora, é uma questão que já está a ser solucionada, que também nos causa algum espanto o PSD colocar esta questão desta forma, julgamos que, terá certamente informação também sobre isto assim como o PS tem. Contudo queria solicitar, e por uma questão também de lisura e de transparência, que seja acrescentado ao ponto 4, que para além da deliberação ser enviada, que juntamente com a deliberação, que seja também comunicado às entidades aqui mencionadas, o sentido de voto de cada bancada e cada partido aqui presente e eventuais declarações de voto, para que o PS que irá apresentar uma declaração de voto por escrito, esta entidades tenham efetivamente conhecimento, que esta moção é extemporânea, porque já está a ser realizada a intervenção mais urgente e que é necessária. Vamos obviamente acompanhar e votar favoravelmente, mas gostaríamos que este pormenor que fosse junto a esta moção e dado conhecimento às entidades que aqui estão, conhecimento total daquilo que está efetivamente a acontecer.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à moção do CHEGA sobre a criação da rotunda junto à PSP. Não obstante daquilo que é o entendimento ou a sensibilidade que a PSP demonstrou junto dos Deputados Municipais, entende o Partido Socialista que, a competência técnica de decidir aquilo que são as prioridades em termos de segurança rodoviária, e de intervenções necessárias para mitigar eventuais constrangimentos de trânsito que existam, não sinto que esta Assembleia Municipal possa fazer essa priorização. Nós confiamos obviamente, naquilo que é a competência técnica dos serviços da Câmara Municipal, tivemos conhecimento aqui que efetivamente, inclusivamente, já estão a trabalhar nisso, eu poderia dizer que muito estranho que a PSP tenha este constrangimento uma vez que, como todos sabemos, em caso de urgência eles ligam a sinalização de urgência e obviamente que podem virar à esquerda como muitas vezes fazem.

Portanto, obviamente, não vamos votar a favor, isto é competência da Câmara Municipal, é a Câmara Municipal que faz este tipo de avaliação, achamos que não deve ser a Assembleia Municipal, que é um órgão deliberativo e político, que deve priorizar quais é que são as intervenções que devem ser feitas no território.

Relativamente à moção sobre o acesso aos cuidados de saúde, apresentada pela CDU, vamos solicitar a votação separada dos pontos 3 e 4, nós votaremos a favor da moção, mas não acompanharemos obviamente, aquilo que aqui está neste dois pontos.

Em primeiro lugar, porque aquilo que está na legislação que enquadra os requerimentos às Câmaras Municipais, o prazo não é de 15 dias, se a CDU quer solicitar alguma informação específica, solicite por requerimento e a Câmara Municipal tem o prazo legal para responder que é um prazo superior a 15 dias, não conseguimos compreender porque é que esta ponto aparece assim, e desta forma, vamos votar contra.

Em segundo lugar, relativamente ao ponto 4, que tem a ver com a questão das competências, muito estranhámos que este ponto seja aqui colocado desta forma, porque a CDU no âmbito da 7ª Comissão, fez a proposta de solicitar uma reunião à Câmara Municipal para se poder fazer exatamente, aquilo que é o balanço da transferência de competências do Estado para as Autarquias, reunião essa que está agendada, era para ter acontecido ontem, por motivos imprevistos passou para o próximo dia 3, e portanto, não conseguimos compreender como é que a CDU já tem toda essa informação que a Câmara Municipal não está a desenvolver todas as competências. Pergunto se por acaso, então, essa reunião que está marcada para a próxima semana, se não será necessária, já que a CDU tem toda a informação que precisa.

Relativamente à questão do alargamento da rede de creches, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Como todos sabemos a oferta da resposta social de creches, não é uma responsabilidade direta da Autarquia. A Autarquia tem sim, responsabilidade direta no Pré-Escolar e no Ensino Básico. Contudo, e como sabem, a Autarquia tem a Creche 1º de Maio, que aqui há cerca de dois anos passou a ter uma oferta pública e não restrita só aos trabalhadores da Câmara Municipal, e que por exemplo, no ano letivo que terminou há pouco, tinha 37 crianças e que este ano letivo de 2024/2025, acrescentou mais 55 vagas o que perfaz um total de 92 vagas. Ainda que não tenha essa responsabilidade direta, a Câmara Municipal, de acordo com aquilo que são os meios disponíveis e com todas as respostas que tem a dar e que necessita dar, quer na área da educação, quer em muitas outras áreas que também já aqui foram faladas, está a fazer o que é possível, obviamente. Motivo pelo qual nós nos vamos abster nesta creche, contudo e permitam-me também fazer este reparo, não encontramos no documento, nenhum dado que indicie que as vagas disponíveis no Município, em todo o Concelho de Almada, quer do setor público, quer do setor solidário, quer do setor privado, no âmbito deste programa de "Creche Feliz", não sejam suficientes para aquilo que é necessário. Nós não temos esses dados, não sei se o Bloco de Esquerda os tem ou não, mas julgo que eles seriam fundamentais para poder sustentar este tipo de proposta.

Relativamente à moção sobre o direito à água, apresentada pelo Bloco de Esquerda, vamos também solicitar a votação por pontos e vamos pedir para que o ponto 2 e o ponto 4, sejam votados separadamente do resto da Moção.

A Senhora Presidente da Câmara de alguma forma, já disse aquilo que tinha a dizer. Julgamos e conseguimos fazer uma leitura daquilo que eventualmente o Bloco de Esquerda quer dizer, mas não é claro naquilo que diz. Não sabemos qual é ao certo o assunto que está a querer referir, não sabemos quais é que são as soluções que



efetivamente quer que a Câmara Municipal tenha, não sei se queremos, por exemplo, como acontecia, porque quando se fala no acesso universal à água potável ou ao saneamento básico, não sei se quer que, se volte aos anos 60, 70, em que nas aldeias havia um chafariz público, em que existiam balneários públicos, não sabemos se é isso a solução. O que facto, é que não concretizam. Portanto, ou são claros naquilo que querem e sobre o que estão a falar, ou o PS obviamente, não vai votar favoravelmente redações que tenham várias interpretações, porque achamos que isso não é totalmente sério da parte que apresenta e o nosso papel aqui nesta Assembleia Municipal, é apresentar e deliberar, soluções claras para que todas possamos entender aquilo que estamos a votar e que a população saiba exatamente aquilo a que todos nós nos estamos a referir.

Por último, o voto de saudação da luta dos trabalhadores do Bloco de Esquerda, vamos votar a favor, fazendo um pequeno reparo, que não sabemos se o Bloco de Esquerda quer ou não, corrigir a moção. Porque fala no ponto 2, da criação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, suplemento este que já existe, que foi criado pelo Governo do Partido Socialista, a sua legislação de enquadramento, e, portanto, não sei se querem criar outro suplemento em cima, que possa de alguma forma tratar exatamente o mesmo objeto ou não, mas fica esta nota.”

6.7.8 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Numa tentativa de conseguir um consenso mais alargado possível relativamente à nossa moção sobre a saúde, queria só fazer uma sugestão à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço. Se o problema do Partido Socialista não acompanha o ponto 3 da nossa moção por causa do prazo de 15 dias, nós alteramos. Pomos aqui prazo legal e fica resolvido o problema.

A CDU já requereu várias vezes por escrito, oralmente, aqui, na Câmara Municipal, já requereu várias vezes o fornecimento destes documentos e até agora não os recebeu.”

6.7.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quando ouço as justificações da bancada do PS às propostas do CHEGA, já me dá vontade de rir como dá a toda a população almadense. Estão há dois mandatos a trabalhar e pouco trabalho se vê. Sempre que algum Grupo Municipal apresenta uma proposta a resposta é: “Nós já temos algo planeado, nós já temos algo estudado”, mas a realidade é que passados quase oito anos, não se vê trabalho feito.

Quando há cerca de 18 meses apresentamos a proposta sobre benefícios para os Bombeiros, disseram que já estava em estudo e planeado. Dezoito meses depois os Bombeiros continuam sem benefícios e nada feito. O CHEGA apresenta uma proposta sobre o túnel Algés-Trafaria, que quase todos defendemos e vota-se contra a proposta porque foi apresentada pelo CHEGA. E neste momento, o CHEGA apresenta uma proposta defendendo os serviços, onde diz que pede um estudo de viabilidade, não estamos a dar instruções, nem a sobrepormo-nos a órgão nenhum, estamos a confiar plenamente nos serviços para ver a possibilidade da construção e afinal o CHEGAS está a mandar construir algo.

Sinceramente Senhores Deputados, estamos cá para fazer política ou estamos cá para fazer hipocrisia?”

6.7.10 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acredito que não tenha sido clara o suficiente, relativamente a este documento do CHEGA, aquilo que nós Partido Socialista estamos a dizer, é que entendemos que a competência técnica para saber e aferir quais é que são os constrangimentos de trânsito e as intervenções prioritárias, são os serviços técnicos que o têm. A partir do momento em que a Assembleia Municipal diz: “Façam este estudo específico”, estamos a interferir naquilo que é a competência técnica dos serviços. Mas eu posso dar um exemplo, se a parte deliberativa fosse alguma coisa do género, que a Câmara Municipal dentro daquilo que são as prioridades já identificadas, possa também estudar eventualmente esta solução reivindicada, ou sinalizada pela PSP, era uma coisa totalmente diferente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu não sei se foi mais clara a nossa posição ou não, mas há uma coisa que o PS não faz, a competência técnica a quem de direito e nós aqui estamos para fazer trabalho político e nada mais do que isso.”

6.7.11 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia em apreciação, informo que o PSD ira votar a favor da recomendação do PAN, sobre a evacuação de animais, apesar de considerar que o Plano Municipal de Emergência de Proteção de Almada, já o prevê, embora não com tanta minúcia como a proposta do PAN descreve.

Sobre a moção do CHEGA sobre a criação de uma rotunda junto à PSP de Almada, votaremos a favor, mas consideramos que alguns dos argumentos anunciados da proposta, não correspondem à realidade, bem pelo contrário, como a referência à conclusão das obras do IC20, onde um dos pressupostos é precisamente o de retirar o tráfego de viaturas que vêm da Costa da Caparica.

Votaremos naturalmente, a favor da saudação do CHEGA à Seleção de Futebol de Praia.

Também votaremos a favor da saudação da CDU sobre a luta dos trabalhadores da Administração Local.

No que respeita à moção da CDU sobre o acesso aos cuidados de saúde, embora reconheçamos a necessidade que os responsáveis encontrem rapidamente soluções para resolver os problemas que afetam os utentes do nosso Concelho, solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a votação da parte deliberativa ponto por ponto.

Sobre a recomendação do Bloco de Esquerda sobre os 45 Anos do Serviço Nacional de Saúde, votaremos a favor da parte deliberativa, abstenho-nos nos considerandos, pelo que solicitamos ao Senhor Presidente, a votação separada.

Abster-nos-emos na recomendação do Bloco de Esquerda, relativamente ao alargamento da rede de creches municipais.

Sobre o documento apresentado pelo Bloco de Esquerda relativo à retirada da Bandeira Portuguesa do Navio MV Kathrin, votaremos contra, dando nota pelo que conseguimos apurar relativamente a este assunto, para além dos problemas jurídicos implicados neste ato, é difícil a meio de uma viagem conseguir efetuar tal retirada.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, determinam que o navio só pode ter uma bandeira e que a sua mudança em trânsito é incomum e envolve demasiados desafios técnicos e jurídicos, para além de potenciais implicações, relativas ao seguro e as regulamentações portuárias.

Lembro que o Governo Português, tomou a medida unilateral de não autorizar a exportação de armas para Israel, que acredita no trabalho de mediação que está a fazer o conflito Israel Palestino, que reconhece o direito de Israel à legítima defesa contra o terrorismo e que defende o cessar fogo, que permita a ajuda humanitária e as negociações, tendo em vista uma paz que se quer duradoura e que leva à autodeterminação do povo palestino. Acresce o facto, que a posição que Portugal tem vindo inclusivamente, a ser apreciada pela autoridade palestina.

Votaremos a favor da moção do Bloco de Esquerda sobre a água, mas queremos reiterar que a nossa posição relativa à água, nomeadamente no Concelho de Almada, continua a ser de que a água é um recurso cada vez mais estratégico e que a sua gestão na grande prioridade, pela sua importância transversal. Ao contrário do que o Bloco de Esquerda refere no ponto 2 do documento, consideramos que o Município de Almada, já implementa políticas públicas e eficazes para garantir o acesso à água potável.

É importante continuar a apostar na eficiência hídrica e na valorização do setor para um sistema sustentável da água e para que não existam quaisquer dúvidas, queremos aqui reafirmar mais uma vez, que o PPD/PSD, não é favor no Concelho de Almada, da sua privatização.



Relativamente à saudação do Bloco de Esquerda sobre os trabalhadores da Administração Local, solicitamos ao Senhor Presidente a votação ponto por ponto.

Informamos que aceitamos a proposta de acrescento do Partido Socialista, à nossa recomendação sobre a cozinha da Escola D. António da Costa.

Finalmente, votaremos a favor da moção da CDU relativa aos incêndios florestais.”

6.7.12 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que iremos corrigir o 2º paragrafo da parte deliberativa do voto de saudação que apresentamos à luta dos trabalhadores da Administração Local.

No 2º paragrafo da parte deliberativa iremos alterar “criação de um suplemento” para “aplicação de um suplemento de insalubridade”.”

6.8 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado os seguintes resultados:

6.8.1 – A Recomendação “Plano de evacuação de animais em caso de incêndio e catástrofe natural”, foi rejeitada por maioria com 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 10 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 10 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.8.2 – A Saudação a “Duarte Algarvio campeão europeu de futebol de praia”, foi aprovada por unanimidade.

6.8.3 – A Moção “Para a criação de uma Rotunda na Rua Direita, junto à PSP – Divisão Policial de Almada”, foi rejeitada por maioria com 29 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 7 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.4 – A Saudação à “Seleção Nacional de Futebol de Praia e ao caparicano Duarte Algarvio pela conquista do Campeonato Europeu”, foi aprovada por unanimidade.

6.8.5 – A Saudação “À Luta dos Trabalhadores da Administração Local e das Empresas Municipais e Concessionárias”, foi aprovada por maioria com 33 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.6 – A Moção “Acesso aos cuidados de Saúde nas unidades do Serviço Nacional de Saúde”, foi votada por pontos tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.8.6.1 – Os Considerando foram aprovados por maioria com 35 votos favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.8.6.2 – O Ponto 1 foi aprovado por maioria com 32 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.8.6.3 – O Ponto 2 foi aprovado por maioria com 35 votos favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.8.6.4 – O Ponto 3 foi aprovado por maioria com 19 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 16 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.8.6.5 – O Ponto 4 foi rejeitado por maioria com 16 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 15 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do PAN; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

Havendo empate, a proposta foi rejeitada com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos termos do n.º 3 do art. 61.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

6.8.6.6 – O Ponto 5 foi aprovado por maioria com 32 votos favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; 4 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e do eleito do CDS-PP.

6.8.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.8.7.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular reconhece as dificuldades que o sistema nacional de saúde tem vindo a atravessar ao longo de décadas. Um sistema que deve garantir por força da Constituição da República Portuguesa e das mais elementares necessidades da comunidade uma resposta e serviços eficientes e capazes de garantir as condições de saúde e cuidados médicos às populações.

É reconhecida a gritante ausência de médicos de família, falta de condições de trabalho, horas extraordinárias em sobrecarga, tratamentos e consultas que ficam por efetuar ou que demoram no tempo, no geral uma tremenda falta de investimento na saúde e nos cuidados prestados aos cidadãos.



É imperativo que os governos possam efetivar políticas e medidas que respondam a essas necessidades não só dos profissionais de saúde, mas também e sobretudo, dos utentes do sistema nacional de saúde.

O CDS-Partido Popular, ao contrário de outras posições partidárias, defende uma complementaridade do sistema público de saúde com o sistema social e privado, pois só nesse sentido e com o que está por concretizar, se podem criar soluções que permitam mudar o estado da saúde em Portugal.

6.8.8 – A Recomendação “45 Anos do Serviço Nacional de Saúde” foi votada por pontos tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.8.8.1 – Os Considerandos foram aprovados por maioria com 32 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.8.2 – Os restantes pontos foram aprovados por unanimidade.

6.8.9 – A Recomendação “Pelo Alargamento da Rede de Creches Municipais”, foi aprovado por maioria com 16 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 20 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.8.10 – A Moção “Pela retirada da bandeira portuguesa ao cargueiro MV Kathrin, pelo cumprimento pelo Estado Português das Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina”, foi aprovado por maioria com 30 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 6 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.11 – A Moção “Pelo Direito Humano à Água”, foi votada por pontos tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.8.11.1 – Os Considerandos e os pontos 1, 3 e 5 foram aprovados por unanimidade.

6.8.11.2 – Os Pontos 2 e 4 foram aprovados por maioria com 19 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 1 abstenção do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.8.12 – A Saudação “À luta dos Trabalhadores da Administração Local”, foi votada por pontos tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.8.12.1 – Os Considerando e o Ponto 2 foram aprovados por maioria com 33 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

6.8.12.2 – O Ponto 1 foi aprovado por maioria com 30 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.13 – A Recomendação “Pela reabertura da cozinha da Escola D. António da Costa”, foi aprovada por unanimidade.

6.8.14 – A Moção “Os Incêndios Florestais – Solidariedade com as Populações”, foi aprovada por unanimidade.

7 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento à Escola Básica da Trafaria, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Setembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 27 de setembro de 2024, tendo ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Parreira (PS), António Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) Miguel Salvado (PSD) e Joana Mortágua (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta e cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1.º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2.ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_